



**INSTITUTO FEDERAL**  
Sul-rio-grandense

# **Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal Sul-rio-grandense**

Instrução Normativa PROEN nº 01/2016, de 11 de maio de 2016

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

**Ministério da Educação**

**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**

**Pró-reitoria de Ensino**

**Presidente da República**

Dilma Vana Rousseff

**Ministro da Educação**

Aloízio Mercadante Oliva

**Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação**

Marcelo Machado Feres

**Reitor**

Marcelo Bender Machado

**Vice-Reitora**

Janete Otte

**Pró-reitor de Ensino**

Ricardo Pereira Costa

**Organizadores:**

Pró-reitor Adjunto de Ensino – Rafael Krolow Santos Silva

Chefe do Departamento de Políticas Educacionais – Márcia Miller Gomes de Pinho

Chefe do Departamento de Desenvolvimento da Educação – Leonice Chaves Vieira

**Colaboradoras:**

Técnica em Assuntos Educacionais - Rejane Schwartz Kruger

Técnica em Assuntos Educacionais - Cristiane Cabral Johann

Técnica em Assuntos Educacionais - Dóris Helena De La Rocha Ladeira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Pró-reitoria de Ensino

Endereço: Rua Gonçalves Chaves, 3218 – Bairro Centro – Pelotas/RS

CEP: 96015-560

E-mail: proen@ifsul.edu.br

Telefone: (53) 3309-1750

www.ifsul.edu.br

# Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal Sul-rio-grandense

## Sumário

APRESENTAÇÃO.....	4
CAPÍTULO I – CURSOS TÉCNICOS .....	11
CAPÍTULO II – CURSOS SUPERIORES DE GRADUAÇÃO .....	40
Seção I – Tecnólogos .....	40
Seção II – Bacharelados.....	70
Seção III – Engenharias.....	99
Seção IV – Licenciaturas .....	129
CAPÍTULO III – TEXTOS ORIENTADORES.....	160
Seção I – Atividades Complementares.....	160
Seção II – Flexibilização curricular .....	164
Seção III - Validação de conhecimentos e experiências anteriores .....	168
Seção IV – Prática profissional .....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	174

## APRESENTAÇÃO

Sabemos o caminho,  
mas não exatamente onde estamos na jornada  
Boaventura de Souza Santos

Não se compreende todo o caminho num grande e único passo: novas estradas se  
abrem quando se persiste no caminhar.  
Danilo Gandin

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) figura no cenário nacional como uma instituição robusta em abrangência e excelência de suas ofertas educativas. Em pleno gozo de sua maturidade formativa, o IFSul consolida-se como espaço educacional que traduz exemplarmente em suas práticas curriculares cotidianas os anseios por uma sociedade justa, democrática e inovadora.

O compromisso com tais atributos curriculares, implica na adoção de diretrizes que possam traduzir, inequivocamente, a missão institucional expressa em seu Projeto Político Pedagógico, qual seja:

Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social. (IFSUL, 2006, p. 19).

Nessa perspectiva, a Pró-reitoria de Ensino, no exercício de suas competências regimentais, apresenta à comunidade acadêmica o presente conjunto de parâmetros para a construção e reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso, doravante denominados **Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos**, tendo como propósito fundamental a instrumentalização pedagógica para instaurar a reflexão curricular e a problematização das práticas educativas no âmbito de cada curso, além de subsidiar metodologicamente os processos de planejamento educacional participativo nos variados contextos escolares do IFSul.

Compreendidos como instrumentos de reflexividade curricular, os Referenciais assumem, portanto, uma configuração que transcende à mera normatividade e padronização de registros, convertendo-se em artefato crítico-reflexivo

de planejamento educativo, agregando consistência legal, pedagógica e política aos processos de discussão das propostas educativas do Instituto.

Anunciadas as finalidades básicas dos Referenciais, faz-se necessário aclarar, desde já, os fundamentos que os circundam e que consubstanciam sua configuração formal e política, delimitando a concepção técnico-pedagógica a qual se vinculam, como se estruturam metodologicamente e a qual ideário de escola se destinam. Para tanto, cabe atentar-se particularmente às concepções de **currículo**, de **planejamento** e de **projeto pedagógico**, todas indispensáveis à tradução dos sentidos e objetivos do instrumental ora apresentado à comunidade educativa do IFSul.

A primeira noção atrelada aos Referenciais que merece ser discutida é a de **currículo**. Conforme já mencionado, a proposição aqui apresentada reúne um rol de indicadores pedagógicos tecnicamente interpretados e intencionalmente sistematizados, de forma a expressar os grandes compromissos institucionais, além de subsidiar as negociações e discussões locais que irão compor as tramas curriculares traduzidas nos Projetos Pedagógicos de Cursos. Nesse sentido, impõe-se a indagação: sobre qual perspectiva de currículo assentam-se os Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos aqui propostos?

Considerando-se a necessária indissociabilidade entre quaisquer parâmetros normativos institucionais e seu principal marco referencial, o Projeto Pedagógico Institucional, a concepção de currículo que norteia a proposição dos Referenciais não poderia afastar-se daquela anunciada neste Projeto, a saber:

(...) instrumento de compreensão crítica da realidade e como uma prática que contempla a indissociabilidade entre saber e fazer. (...) nela interferem comportamentos políticos, administrativos, econômicos, didáticos, que encobrem crenças e valores, colocando em conflito diferentes interesses. (IFSUL, 2006, p. 21).

Ao se assumir o currículo à luz dessa conceituação complexa e abrangente, afasta-se quaisquer conotações reducionistas e protocolares que se possam equivocadamente associar aos Referenciais, rejeitando-se a eventual hipótese de utilização deste material como mero instrumento de padronização e controle autocrático das ofertas educativas.

Concebendo-se o currículo como um campo de negociação de sentidos e opções político-pedagógicas, há que se valorizar o envolvimento crítico-reflexivo dos agentes educativos que efetivamente constroem as propostas curriculares e os itinerários formativos situados em contextos escolares específicos. Logo, os Referenciais situam-se como pontos de partida para as decisões curriculares subsequentes, de forma a fornecer os parâmetros legais e técnico-pedagógicos necessários ao fortalecimento de tais decisões. Trata-se, portanto, de uma provocação ao debate, um convite ao engajamento e ao protagonismo dos agentes educativos, um instrumento de problematização do currículo enquanto campo de disputas.

Atrelada a essa concepção de currículo, apresenta-se a noção correlata de **planejamento** que igualmente alicerça a proposição dos Referenciais.

Entende-se por planejamento o movimento reflexivo, participativo e intencional que tem como objetivo a transformação, a qualificação das práticas educativas. Destaca-se na literatura pedagógica o conceito de planejamento associado à *transformação de ideias em ação*, conforme demonstra o trecho a seguir:

Planejamento, para qualquer corrente ou tendência, mesmo que ela não explicita isto, é, sempre, uma prática no presente, para construir um futuro; é, sempre, a transformação de ideias em prática. (GANDIN; GANDIN: 2011, p. 44).

Nessa perspectiva o planejamento está atrelado às noções de intencionalidade, prospecção, mudança e engajamento. A *intencionalidade* pode ser reconhecida como a dimensão que atribui direção e posicionamento ao processo de planejamento. Segundo Gandin e Gandin (2011) o planejamento, enquanto “ferramenta” de mudança, só será utilizado com efetividade na medida do reconhecimento coletivo da sua finalidade de uso. Assim, as posições epistemológicas, políticas e filosóficas, assim como as escolhas metodológicas adotadas ao longo do processo de planejamento estarão intrinsecamente atreladas à sua intencionalidade, ou seja, ao desejo – inicialmente utópico – convertido em decisão. Intencionalidade pedagógica, marca indelével do planejamento educativo, constitui-se, portanto, como a dimensão que agrega ao planejamento, simultaneamente, a pujança do desejo e a segurança do conhecimento.

Já a *prospecção*, outra dimensão importante do planejamento, relaciona-se diretamente ao seu potencial criativo. Intrinsecamente vinculada à intencionalidade, a prospecção é o atributo que confere ao planejamento o movimento, o ensaio intelectual de determinada realidade educacional almejada, possibilitando, ainda no campo das ideias, a experimentação racional das transformações desejadas, projetando caminhos viáveis para a sua consecução. Assim, o exercício da prospecção no processo de planejamento, figura como o instrumental básico da já mencionada negociação de sentidos do campo curricular, conferindo-lhe a consistência teórica e metodológica necessária.

Atrelada à prospecção, há que se valorizar também a ideia de *mudança* ao se discutir e tentar definir processo de planejamento. Planejar sem vislumbrar mudanças equivale a andar em círculos, a mobilizar esforços para perpetuar realidades que, por natureza, são sempre mutáveis. Assim se constituem as realidades educacionais: dinâmicas, circunstanciais e contextuais. Logo, continuamente a invocar mudanças. Desta forma, há que se ter em vista que qualquer processo de planejamento a ser deflagrado precisa partir de, ao menos, um consenso: a necessidade de mudança. Ainda que a mudança inclua eventuais reiteraões de ideias e práticas bem sucedidas, mas sempre revisitadas, ressignificadas mediante novo olhar.

Por fim, mas não menos importante, vale destacar a dimensão do *engajamento*, posição especialmente cara aos processos de planejamento educacional, sobretudo na ótica do planejamento participativo. Engajar-se pedagogicamente significa superar as posturas servis ou paternalistas típicas das estruturas escolares autocráticas, baseadas na condução acrítica dos processos de planejamento. Planejamento participativo pressupõe, portanto, aposta no protagonismo de todos os sujeitos envolvidos, ainda que exercido em diferentes esferas de discussão, reflexão e decisão.

Há que se destacar que o protagonismo no planejamento implica a mobilização dos desejos pessoais em prol das intencionalidades coletivas, tendo sempre como referência as concepções discutidas, negociadas e validadas nas respectivas instâncias, e não as eventuais e naturais idiossincrasias. Implica, ainda, o reconhecimento de que se engajar significa conhecer com profundidade as bases teóricas e as finalidades práticas do objeto de planejamento em discussão e, sobretudo, compreender o seu campo específico de atuação, valorizando saberes externos e

direcionamentos institucionais que não só são legítimos como necessários para transformar ideias em ações, intenções em mudanças, objetivos em práticas.

Nesse sentido, cabe aclarar que a ênfase ao protagonismo não apaga o valor do trabalho de gestão do planejamento a ser conduzido pela instância responsável, legitimada institucionalmente e qualificada para tal, conforme traduz o trecho a seguir:

(...) falta-nos a compreensão de que, em cada instituição, ou para um grupo delas, a fim de que se realize a coerência entre discurso e prática, são absolutamente necessárias algumas pessoas (muitas vezes basta uma) que se dediquem aos instrumentos e que conheçam com profundidade a sua parte no processo. (GANDIN; GANDIN: 2011, p.39).

Tomando-se por base todos os atributos do planejamento participativo aqui destacados - *intencionalidade, prospecção, mudança e engajamento* – pode-se inferir que a proposição de referenciais para a construção de projetos pedagógicos no IFSul constitui-se em uma estratégia de gestão democrática, com nítido intento reflexivo, ratificando, portanto, sua vocação institucional e estabelecendo um contraponto à tradição normativa e reprodutivista, não raras vezes verificável nos processos de gestão do ensino.

Ainda nessa linha conceitual, faz-se necessário discutir, finalmente, sob qual concepção de **Projeto Pedagógico** foram construídos os Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos e de Graduação.

Segundo Vasconcellos (2009), Projeto Pedagógico pode ser entendido como:

Sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto a sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. (...) É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. (p.17-18).

Nessa perspectiva, enfatiza-se o caráter mobilizador e transformador do Projeto Pedagógico, enquanto documento capaz de agregar ideias, discutir intencionalidades e gerar consensos, ainda que provisórios, acerca das opções formativas em discussão.

Enquanto *produto* de planejamento participativo, o Projeto Pedagógico de um curso ou de uma instituição tem o mérito de atribuir visibilidade às decisões



curriculares, contribuindo para o fortalecimento da identidade pedagógica compartilhada por seus agentes educativos.

Como *processo*, tem o vigor da mobilização coletiva, ensejando o envolvimento reflexivo da comunidade educativa na definição de sua proposta formativa. Nesse sentido, Vasconcellos (2009) aponta também importantes contribuições do Projeto Pedagógico:

- Resgatar a intencionalidade da ação (marca essencialmente humana), possibilitando a (re)significação do trabalho; superar a crise de sentido;
- Ser um instrumento de transformação da realidade, resgatar a potência da coletividade; gerar esperança;
- Dar um referencial de conjunto para a caminhada; aglutinar pessoas em torno de uma causa comum; gerar solidariedade, parceria;
- Ajudar a construir a unidade (e não a uniformidade); superar o caráter fragmentário das práticas em educação, a mera justaposição;
- Possibilitar a continuidade da linha de trabalho da instituição;
- Propiciar a racionalização dos esforços e recursos (eficiência e eficácia), utilizados para atingir fins essenciais do processo educacional;
- Ser um canal de participação efetiva; superar as práticas autoritárias e/ou individualistas. Ajudar a superar as imposições ou disputas de vontades individuais, na medida em que há um referencial construído e assumido coletivamente;
- Diminuir o sofrimento; aumentar o grau de realização/concretização (e, portanto, de satisfação) do trabalho;
- Fortalecer o grupo para enfrentar conflitos, contradições e pressões, avançando na autonomia ("caminhar com as próprias pernas") e na criatividade (descobrir o próprio caminho);
- Colaborar na formação dos participantes. (p. 21).

A par de sua inegável potencialidade transformadora, o Projeto Pedagógico somente assumirá sua funcionalidade plena na medida em que seus atores o assumirem como instrumento político-pedagógico de mudança, operando efetivamente com os fundamentos pedagógicos que o documento anuncia. Isto implica na garantia institucional de sua dupla dimensão: a *qualidade formal* do Projeto, que diz respeito ao seu rigor conceitual, à sua coerência legal e à sua estrutura documental; e a *qualidade política*, que diz respeito ao comprometimento efetivo de todos os envolvidos com as bases teórico-metodológicas que o documento preconiza.

Considerando justamente o compromisso institucional com a qualificação de tais dimensões na condução de seus Projetos Pedagógicos, a Pró-reitoria de Ensino aposta na estruturação de Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos

na perspectiva de que venham a se consolidar como instrumento de aprimoramento formal dos Projetos e, paralelamente, como recurso balizador da desejável reflexividade docente e engajamento coletivo e qualificado nos processos de construção e implantação das propostas pedagógicas dos cursos.

Há que se destacar, finalmente, que a apresentação dos **Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos**, pautados pelos marcos teóricos aqui explanados, marca categoricamente a opção institucional pela metodologia de planejamento participativo, num claro movimento em prol da consolidação da escola como instituição aprendente e reflexiva, conforme a perspectiva preconizada por Alarcão (2007):

“organização (escolar) que continuamente se pensa a si própria, na sua missão social e na sua organização, e se confronta com o desenrolar da sua atividade em um processo heurístico simultaneamente avaliativo e formativo (...) só a escola que se interroga a si própria se transformará em uma instituição autônoma e responsável, autonomizante e educadora. Somente essa escola mudará seu rosto.” (p. 25).

A proposição de **Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos** constitui-se, portanto, como uma iniciativa de gestão que transcende o intuito de refinamento burocrático e formal da ação pedagógica da Pró-reitoria de Ensino, lançando-se, pois, como um desafio formativo que visa a ressignificação do ato de “projetar” no âmbito da instituição, aproximando-o da concepção assim traduzida:

“(...) a ação de projetar e executar implica sair de um estado confortável *instituído e consolidado*, romper com a rotina e correr o risco de enfrentar um período de instabilidade, denominado aqui *instituinte* (em construção) e lançar-se em busca de uma possível nova estabilidade mais qualificada.” (BRZEZINSKI, p.76).

Postas as bases da proposição, cumpre-nos o acolhimento coletivo do desafio instituinte que se avizinha, com a percepção clara das implicações e responsabilidades que se impõem a cada agente educativo para que se cumpram, a contento, os fundamentos e finalidades dos **Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos** do IFSul.

**Márcia Miller G. de Pinho**

Chefe de Departamento de Políticas Educacionais / Pró-reitoria de Ensino

## CAPÍTULO I – CURSOS TÉCNICOS

Esse capítulo apresenta o Referencial Curricular para Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos de nível médio na forma integrada, integrada na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), concomitante ou subsequente.

### Base legal:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96;
- Parecer CNE/CEB nº 38/2002;
- Educação Profissional:
  - Decreto nº 5.154/2004;
  - Parecer CNE/CEB nº 39/2004;
  - Decreto nº 8.268/2014;
  - Decreto nº 5.840/2006;
  - Lei nº 11.741/2008;
  - Parecer CNE/CEB nº 11/2012;
  - Resolução CNE/CEB nº 6/2012;
  - Resolução CNE/CEB nº 1/2014;
  - Referenciais Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- Ensino Médio:
  - Resolução CNE/CEB nº 2/2012;
  - Lei nº 11.161/2005;
  - Parecer CNE/CEB 18/2007;
  - Lei nº 11.769/2008.
- Formação integral:
  - Lei nº 10.741/2003;
  - Lei nº 11.947/2009;
  - Lei nº 9.503/97;
  - Lei nº 9.795/99;
  - Decreto nº 4.281/2002;
  - Resolução CNE/CP nº 2/2012;
  - Decreto nº 7.037/2009;
  - Parecer CNE/CP nº 8/2012;
  - Resolução CNE/CP nº 1/2012;
  - Lei nº 10.639/2003;
  - Lei nº 11.645/2008;
  - Parecer CNE/CP nº 3/2004;
  - Resolução CNE/CP nº 1/2004.
- Estágio:
  - Resolução CNE/CEB nº 1/2004;
  - Parecer CNE/CEB nº 35/2003.

## Estrutura do documento:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CAMPUS \_\_\_\_\_

**CURSO TÉCNICO EM** \_\_\_\_\_  
Forma (Integrada / Integrada EJA ou Concomitante ou Subsequente)

Início: ano/semestre

Indicação do ano e semestre da 1ª oferta do Curso

## SUMÁRIO

1. Denominação
2. Vigência
3. Justificativa e objetivos
  - 3.1. Apresentação
  - 3.2. Justificativa
  - 3.3. Objetivos
4. Público alvo e requisitos de acesso
5. Regime de matrícula
6. Duração
7. Título
8. Perfil profissional e campo de atuação
  - 8.1. Perfil profissional
    - 8.1.1. Competências profissionais
  - 8.2. Campo de atuação
9. Organização curricular do curso
  - 9.1. Princípios metodológicos
  - 9.2. Prática profissional
    - 9.2.1. Estágio profissional supervisionado
    - 9.2.2. Estágio não obrigatório
  - 9.3. Atividades Complementares
  - 9.4. Trabalho de Conclusão de Curso
  - 9.5. Matriz curricular
  - 9.6. Matriz de disciplinas eletivas
  - 9.7. Matriz de disciplinas optativas
  - 9.8. Matriz de pré-requisitos
  - 9.9. Matriz de disciplinas equivalentes
  - 9.10. Matriz de componentes curriculares a distância
  - 9.11. Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia
  - 9.12. Flexibilidade curricular
  - 9.13. Política de formação integral do estudante
  - 9.14. Políticas de apoio ao estudante
  - 9.15. Políticas de ensino, pesquisa e extensão
10. Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores
11. Princípios e procedimentos de avaliação
  - 11.1. Avaliação da aprendizagem dos estudantes
  - 11.2. Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

- 12. Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão
- 13. Pessoal docente e técnico-administrativo
  - 13.1. Pessoal docente e supervisão pedagógica
  - 13.2. Pessoal técnico-administrativo
- 14. Infraestrutura
  - 14.1. Instalações e equipamentos oferecidos aos docentes e estudantes
  - 14.2. Infraestrutura de acessibilidade
  - 14.3. Infraestrutura de laboratórios específicos à área do curso

Anexos

- I. Regulamento de estágio supervisionado (quando previsto)
- II. Regulamento das atividades complementares (quando previstas)
- III. Regulamento do trabalho de conclusão de curso (quando previsto)

## 1 – DENOMINAÇÃO

Curso \_\_\_\_\_, do eixo tecnológico \_\_\_\_\_.

Indicação do nome e eixo tecnológico do Curso, em conformidade com as denominações vigentes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

## 2 – VIGÊNCIA

Indicação do ano e semestre da primeira oferta do Curso, acrescentando a data de alteração do PPC, quando houver.

O Curso \_\_\_\_\_ passará a vigor a partir de XXXX/YY (mesmo ano e semestre da capa).

Durante a sua vigência, este projeto será avaliado com periodicidade \_\_\_\_\_ (semestral ou anual, conforme opção do Curso) pela instância colegiada, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

Tendo em vista as demandas de aperfeiçoamento identificadas pela referida instância ao longo de sua primeira vigência, o projeto passou por reavaliação, culminando em alterações que passaram a vigor a partir de AAAA/BB.

## 3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

### 3.1 – Apresentação

Caracterização do Projeto de Curso apresentado, anunciando, em linhas gerais, a delimitação da oferta no que se refere ao nível, forma e modalidade, com breve indicação das particularidades curriculares (sequência curricular, eixos temáticos, perfil técnico pretendido, ênfases metodológicas, etc), em conformidade com os preceitos da Res. CNE/CEB nº 6/2012 e da vinculação à identidade educativa da Instituição.

(...)

Os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos que consubstanciam este projeto de Curso são regidos pela Organização Didática do IFSul.

### 3.2 – Justificativa

Apresentação das evidências contextuais e institucionais que justificam a proposição de Curso na área específica, apresentando dados referentes aos arranjos produtivos locais e suas respectivas demandas, com indicação das fontes oficiais, demonstrando também a aderência do Curso ao perfil de oferta e à vocação educativa da Instituição.

Referência ao Plano Nacional de Educação (2014-2024), especialmente no que tange às Metas 10 e 11 que versam sobre a Educação Profissional.

(...)

### 3.3 – Objetivos

Anúncio dos propósitos gerais do projeto de Curso, indicando qual a formação a ser alicerçada ao longo da trajetória curricular. Poderão ser divididos em propósitos gerais (Objetivos Gerais) e propósitos específicos (Objetivos Específicos), fazendo constar obrigatoriamente os Objetivos Gerais, tendo em vista a vocação institucional e o perfil de egresso preconizado pelas DCN para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Res. CNE/CEB nº 6/2012). Os **Objetivos Gerais** expressam o que se quer alcançar a longo prazo, ultrapassando, inclusive, o tempo de duração do Curso, enquanto que os **Objetivos Específicos** assinalam as ações e estratégias a serem concretizadas no desenvolvimento curricular, visando ao alcance do(s) Objetivo(s) Geral(is).

(...)

### 4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Especificação da escolaridade mínima exigida para o ingresso no Curso, além da(s) modalidade(s) de seleção prevista(s) para o acesso.

Para ingressar no Curso \_\_\_\_\_, os candidatos deverão ter concluído \_\_\_\_\_ ou equivalente.

O processo seletivo para ingresso no Curso será regulamentado em edital específico.

### 5 - REGIME DE MATRÍCULA

Indicação das formas e periodicidade previstas para a organização da oferta curricular e para o regime de matrícula.

Regime do Curso	Anual / Semestral / Etapa única
Regime de Matrícula	Série / Módulo / Disciplina
Regime de Ingresso	Anual / Semestral / Final do Curso
Turno de Oferta	Manhã e/ou Tarde e/ou Noite (conforme PDI)
Número de vagas	Conforme planilha de oferta de vagas do PDI



## 6 – DURAÇÃO

Indicação da duração do Curso e das cargas horárias (horas relógio) para composição da formação, em conformidade com as DCN para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Res. CNE/CEB nº 6/2012) e o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (Res. CNE/CEB nº 1/2014), além da observância da Resolução IFSul nº 14/2009.

Duração do Curso	X semestres ou X anos
Prazo máximo de integralização	o dobro da duração mínima prevista para o Curso
Carga horária em disciplinas obrigatórias	X h
Carga horária em disciplinas eletivas ( <u>conforme opção</u> do Curso, correspondendo ao conjunto de disciplinas escolhidas pelo estudante dentre um rol de disciplinas ofertadas pelo Curso, <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos)	X h
Estágio Profissional Supervisionado ( <u>conforme opção</u> do Curso, com carga horária <b>adicionada à CH total mínima</b> estabelecida pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos)	X h
Atividades Complementares ( <u>conforme opção</u> do Curso, <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, <b>não excedendo 20% da CH total mínima do Curso</b> )	X h
Trabalho de Conclusão de Curso ( <u>conforme opção</u> do Curso, com carga horária <b>adicionada à CH total mínima</b> estabelecida pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos)	X h
<b>Carga horária total mínima do Curso (CH disciplinas obrigatórias + CH disciplinas eletivas + CH atividades complementares)</b>	X h (Mínimo >= ao CNCT)
<b>Carga horária total do Curso (CH disciplinas obrigatórias + CH disciplinas eletivas + CH estágio profissional supervisionado + CH atividades complementares + CH trabalho de conclusão de curso)</b>	X h
Optativas ( <u>conforme opção</u> do Curso, correspondendo ao conjunto de disciplinas escolhidas pelo estudante dentre um rol de disciplinas ofertadas pelo Curso <b>para além da carga horária mínima</b> do Curso)	X h

Observação: no caso de cursos PROEJA as regras acima deverão ser adaptadas aos critérios dispostos no Decreto nº 5840/2006 e a Resolução CNE/CEB nº 06/2012.

## 7 – TÍTULO

Indicação do título concedido ao estudante concluinte, em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Após a integralização da carga horária total do Curso, incluindo atividades complementares e estágio, quando houver, o estudante receberá o diploma de Técnico em \_\_\_\_\_ (mesmo nome da capa).

(Para Cursos binacionais, observar a designação de título prevista em cada país).

## 8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

Descrição do perfil do egresso, com base nos referenciais do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, nas DCN para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Res. CNE/CEB nº 6/2012) e no Projeto Pedagógico Institucional, explicitando os principais conhecimentos técnico-científicos, competências profissionais e posturas ético-sociais esperadas do estudante após a conclusão do Curso, bem como as principais atividades que desempenhará em seu exercício profissional. Indicação dos possíveis espaços de atuação profissional, enfatizando aqueles especialmente requeridos pelos arranjos produtivos locais.

### 8.1 Perfil profissional

O perfil profissional do egresso do Curso contempla o domínio de (...)

Na atuação deste profissional, destacam-se as seguintes atividades:

(...)

#### 8.1.1 Competências profissionais

A proposta pedagógica do Curso estrutura-se para que o estudante venha a consolidar, ao longo de sua formação, as capacidades de:

(...)

### 8.2 Campo de atuação

O egresso do Curso estará apto a atuar (...)

## 9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### 9.1 Princípios metodológicos

Anúncio dos principais indicadores da ação pedagógica no âmbito do Curso, tendo em vista os compromissos sociais e pedagógicos assumidos no Projeto Pedagógico Institucional, enfatizando as estratégias problematizadoras, as práticas interdisciplinares e o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no processo de ensino e aprendizagem, além das modalidades de operacionalização do princípio curricular da flexibilidade e outros indicadores pedagógicos expressos nas DCN para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Res. CNE/CEB nº 6/2012).

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o processo de ensino-aprendizagem privilegiado pelo Curso Técnico em \_\_\_\_\_ contempla estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos Cursos Técnicos, profundamente comprometidos com a inclusão social, através da inserção qualificada dos egressos no mercado de trabalho.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiem: (destacar as modalidades operacionais privilegiadas pelo Curso para implantar os princípios metodológicos de problematização, interdisciplinaridade, contextualização e uso de TIC's na educação, dentre outros princípios destacados nas DCN para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Res. CNE/CEB nº 6/2012) e no Projeto Pedagógico Institucional)

(...)

### 9.2 - Prática profissional

Descrição da concepção de Prática Profissional adotada pelo Curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 06/2012), apresentando-a como princípio pedagógico intrínseco ao currículo, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional.

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem, o Curso privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional da área de atuação técnica, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os estudantes atuam.

Nesse sentido, a prática profissional figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais.

Esta concepção curricular é objetivada na opção por metodologias que colocam os variados saberes específicos a serviços da reflexão e ressignificação das rotinas e contextos profissionais, atribuindo ao **trabalho** o status de principal **princípio educativo**, figurando, portanto, como eixo articulador de todas as experiências formativas.

Ao privilegiar o trabalho como princípio educativo, a proposta formativa do Curso Técnico em \_\_\_\_\_ assume o compromisso com a dimensão da prática profissional intrínseca às abordagens conceituais, atribuindo-lhe o caráter de transversalidade. Assim sendo, articula-se de forma indissociável à teoria, integrando as cargas horárias mínimas da habilitação profissional, conforme definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em consonância com esses princípios, a prática profissional no Curso Técnico em \_\_\_\_\_ traduz-se curricularmente por meio de (...)

### 9.2.1 - Estágio profissional supervisionado

Síntese da concepção de estágio expressa na Organização Didática e no Regulamento de Estágio do IFSul, caracterizando-o como ato educativo e distinguindo-o quanto às suas formas de oferta no âmbito do Curso (obrigatório e/ou não obrigatório). Em caso de oferta obrigatória o PPC deverá incluir em anexo o Regulamento de Estágio específico do Curso.

Conforme a descrição da Organização Didática e do Regulamento de Estágio do IFSul, o estágio caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

Nessa perspectiva, transcende o nível do treinamento profissional, constituindo-se como ato acadêmico intencionalmente planejado, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

(Para Cursos que preveem o estágio supervisionado):

A matriz curricular do Curso Técnico em \_\_\_\_\_ contempla o estágio obrigatório (Estágio Profissional Supervisionado) acrescido à carga horária mínima estabelecida para o Curso, tendo em vista a proposta de formação e a natureza das áreas de atuação profissional do egresso, cujas atividades demandam o desenvolvimento de (... listar as competências especialmente favorecidas pela prática profissional supervisionada).

O Estágio Profissional Supervisionado terá duração mínima de (xx) horas, podendo ser realizado a partir da conclusão do (xx) período letivo.

A modalidade operacional do Estágio Profissional Supervisionado no Curso encontra-se descrita no Regulamento de Estágio do Curso Técnico em \_\_\_\_\_ (Anexo I).

(...)

(Para Cursos que não preveem estágio supervisionado):

Considerando a natureza tecnológica e o perfil profissional projetado, o Curso Técnico em \_\_\_\_\_ não oferta Estágio Profissional Supervisionado, assegurando, no entanto, a prática profissional intrínseca ao currículo desenvolvida nos ambientes de aprendizagem.

### 9.2.2 Estágio não obrigatório

Descrição da forma de oferta de estágio não obrigatório, em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFSul, destacando os procedimentos acadêmicos adotados pelo Curso para o acompanhamento e validação desta atividade formativa opcional.

No Curso Técnico em \_\_\_\_\_ prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se normatizada no regulamento de estágio do IFSul.

(...)

### 9.3 Atividades Complementares

Indicação da opção do Curso pela oferta de Atividades Complementares na composição do itinerário formativo do estudante, apresentando sua concepção, objetivos e modalidade operacional no âmbito do Curso.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

O Curso Técnico em \_\_\_\_\_ prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares com o objetivo de (...).

As Atividades Complementares, como modalidades de enriquecimento da qualificação acadêmica e profissional dos estudantes, objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática e estimular a educação continuada dos egressos do Curso, conforme estabelecido na organização didática do IFSul.

Cumprindo com a função de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no Curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

A modalidade operacional adotada para a oferta de Atividades Complementares no Curso encontra-se descrita no Regulamento de Atividades Complementares do Curso Técnico em \_\_\_\_\_ (Anexo II).

### 9.4 Trabalho de Conclusão de Curso

Indicação da opção do Curso pela oferta de Trabalho de Conclusão de Curso como atividade curricular favorável à consolidação do perfil do egresso. Explicitação dos objetivos, da modalidade acadêmica da atividade, bem como do período curricular destinado à sua realização.

O Curso Técnico em \_\_\_\_\_ prevê a realização de Trabalho de Conclusão de Curso ao longo do (XX semestre/ano/módulo) como forma de favorecer os seguintes princípios educativos:

(...)

Para assegurar a consolidação dos referidos princípios, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso Técnico em \_\_\_\_\_ (Anexo III).

## 9.5 Matriz curricular

<b>MEC/SETEC</b>					A PARTIR DE ANO/período	
<b>INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE</b>						
LOGO IFSUL		Curso Técnico em _____			CAMPUS NOME	
		MATRIZ CURRICULAR Nº				
SEMESTRES ou ANOS		CÓDIGO	DISCIPLINAS	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL
	I SEMESTRE ou ANO					
				SUBTOTAL		
	II SEMESTRE ou ANO					
				SUBTOTAL		
	III SEMESTRE ou ANO					
				SUBTOTAL		
	<b>SUBTOTAL GERAL</b>					
	CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS – A					
	CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS ELETIVAS (quando previstas) – B					
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (quando previsto) - C					
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES (quando previstas) – D					
	ESTAGIO CURRICULAR (quando previsto) – E					
	CARGA HORÁRIA TOTAL (A+B+C+D+E)					
CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS (quando previstas) - F						

HORA AULA = 45 MINUTOS.

DESENVOLVIMENTO DE CADA SEMESTRE EM 20 SEMANAS.

Observação: As cargas horárias de A, B e D podem ser contabilizadas dentro da carga horária mínima de Catálogo.

### 9.6 Matriz de disciplinas eletivas (quando houver)

MATRIZ DE DISCIPLINAS ELETIVAS (quando previstas)				
Curso Técnico em _____			CAMPUS NOME	
CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL

### 9.7 Matriz de disciplinas optativas (quando houver)

MATRIZ DE DISCIPLINAS OPTATIVAS (quando previstas)				
Curso Técnico em _____			CAMPUS NOME	
CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL

### 9.8 Matriz de pré-requisitos (quando houver)

MEC/SETEC INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE						A PARTIR DE ANO/período
LOGO IFSUL		Curso Técnico em _____				
		MATRIZ DE PRÉ-REQUISITOS				
SEMESTRES ou ANOS		CÓDIGO	DISCIPLINAS	CÓDIGO	DISCIPLINAS	
	I SEMESTRE ou ANO					
	II SEMESTRE ou ANO					

(...)



## 9.9 Matriz de disciplinas equivalentes (quando houver)

Listagem das disciplinas existentes ou previstas em outras grades ou outros Cursos que sejam equivalentes às propostas na matriz atual. Deverá constar este item quando se tratar de mudanças curriculares de Cursos que já estejam em funcionamento ou quando já se vislumbra a possibilidade de o estudante mudar de Curso. Casos típicos de alterações curriculares são: a substituição de disciplinas por outras com ementas similares; a divisão ou o agrupamento de disciplinas; a alteração de cargas horárias de disciplinas. Pode-se combinar disciplinas prevendo condições lógicas de combinações entre elas.

MATRIZ DE EQUIVALÊNCIA / SUBSTITUIÇÃO								
CAMPUS NOME								
Curso Técnico em _____				→ ← ↔	Curso Técnico em _____			
Matriz Nº/Vigência					Matriz Nº/Vigência			
Disciplina	Código	Período Letivo	CH		CH	Período Letivo	Código	Disciplina

### **ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA MATRIZ:**

Disciplina(s) que irá(ão) substituir (CH =/>)	→	Disciplina(s) que será(ão) substituída(s) (CH =/<)
Disciplina(s) que será(ão) substituída(s) (CH =/<)	←	Disciplina(s) que irá(ão) substituir (CH =/>)
Disciplinas com CH =, que se equivalem	↔	Disciplinas com CH =, que se equivalem

# É necessário que a disciplina que irá substituir tenha carga horária (CH) igual (=) ou maior (>) que a disciplina que será substituída.

# Uma disciplina pode substituir duas ou mais disciplinas desde que a sua carga horária (CH) seja igual (=) ou maior (>) do que a soma das cargas horárias (CH) a serem substituídas.

# Duas ou mais disciplinas podem substituir uma disciplina desde que a soma de suas cargas horárias (CH) seja igual (=) ou maior (>) do que a carga horária (CH) da disciplina substituída.

# Só é necessário constar na Matriz de Equivalência/Substituição disciplinas com códigos diferentes entre si. Disciplinas com o mesmo código já possuem equivalência no sistema acadêmico do IFSul.

### 9.10 Matriz de componentes curriculares a distância (quando houver)

Apresentação da Matriz de disciplinas ofertadas a distância, respeitados os dispositivos do Decreto Nº 5.622/2005 e da Resolução CNE/CEB Nº 06/2012, e em conformidade com a regulamentação institucional para oferta de disciplinas a distância.

Matriz de disciplinas ofertadas a distância			
Curso Técnico em _____			
Vigência: a partir de [ano]/[semestre]		Carga horária total do curso: [número] h	
Carga horária total em disciplinas a distância: [número]h		Percentual a distância: [igual ou inferior a 20%]	
Rol de disciplinas na modalidade a distância (oferta semi-presencial)			
Disciplina	Código	Carga horária total	Carga horária a distância

### 9.11 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia

Apresentação dos programas das disciplinas, em conformidade com o perfil de egresso delimitado para o Curso, indicando ementa (Orientação Normativa nº 001/2010), conteúdos, bibliografia básica (3 títulos) e bibliografia complementar (5 títulos). Todos os programas de disciplina devem ser inseridos como anexos do PPC, em arquivos separados.

#### 9.11.1 Primeiro período letivo

DISCIPLINA: [Nome oficial da disciplina]	
Vigência: a partir de [ano]/[semestre]	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: [número] h	Código: [ver sistema acadêmico]
Ementa: [conforme Orientação Normativa nº 001/2010 (disponível no sítio do IFSul no caminho Ensino/Modelos de documentos/Orientação Normativa nº001/2010-ementas)].	

## **Conteúdos**

UNIDADE I – Título da unidade I

1.1 Título de subunidade de nível 1

1.1.1 Título de subunidade de nível 2

1.1.2 Título de subunidade de nível 2

1.2 Título da subunidade de nível 1

1.3 Título da subunidade de nível 1

UNIDADE II – Título da unidade I

2.1 Título de subunidade de nível 1

(...)

## **Bibliografia básica**

[SOBRENOME, Nome. Título do livro. Edição. Cidade: Editora, Ano.]

## **Bibliografia complementar**

[SOBRENOME, Nome. Título do livro. Edição. Cidade: Editora, Ano.]

### **9.11.2 Segundo período letivo**

(...)

### **9.11.3 Terceiro período letivo**

(...)

### 9.12 Flexibilidade curricular

Apresentação da concepção e das modalidades de flexibilização adotadas pelo Curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

O Curso Técnico em \_\_\_\_\_ implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação regulatória da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em (listar atividades complementares, disciplinas eletivas e/ou optativas, programas de extensão, organização por módulos com terminalidade específica, participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, estágios não obrigatórios, tutorias acadêmicas, oferta de componentes curriculares na modalidade EaD, dentre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao Curso), dentre outras experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

### 9.13 Política de formação integral do estudante

Especificação de como o Curso implementa, na sua organização curricular, temas como ética, meio ambiente, inclusão social, reconhecimento da diversidade étnico-cultural e afirmação das etnias socialmente subjugadas, observando-se os preceitos dos referenciais legais e infralegais vigentes; ênfase às seguintes habilidades: raciocínio lógico; redação de documentos técnicos; atenção às normas técnicas e de segurança; capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade; capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora; integração com o mundo de trabalho.

(...)

### 9.14 Políticas de apoio ao estudante

Descrição das principais políticas de apoio ao desenvolvimento do estudante implementadas pelo IFSul e das estratégias especificamente adotadas pelo Curso.

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

...

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

(...)

- Aulas de reforço;
- Oficinas especiais para complementação de estudos;

### 9.15 Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão

Descrição das estratégias adotadas no âmbito do Curso para a implementação das políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão previstas no IFSul, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional.

(...)

## **10 - CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES**

Apresentação da concepção, base legal e regramento operacional adotado pelo IFSul para cumprir o dispositivo do aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

Atendendo ao que dispõe o Art. 41 da LDB 9.394/96 e os Art. 35 e 36 da Resolução CNE/CEB Nº 06/2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- em Cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos superiores de Graduação, mediante avaliação do estudante;
- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em Cursos de Educação Profissional inicial e continuada, ou cursos em geral, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regido operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria/Chefia de Ensino do Campus.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

Os procedimentos necessários à abertura e desenvolvimento do processo de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho encontram-se detalhados na Organização Didática do IFSul.

## **11– PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO**

Descrição da concepção e procedimentos de avaliação da aprendizagem dos estudantes e do Projeto de Curso adotados pelo IFSul, apresentando também as particularidades operacionais do Curso.

### **11.1 Avaliação da aprendizagem dos estudantes**

A avaliação no IFSul é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso Técnico em \_\_\_\_\_, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como (listar as principais formas de avaliação desenvolvidas no Curso, tais como trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina).

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do IFSul, e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.

## 11.2 Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso

Listagem das instâncias e modalidades de avaliação da proposta formativa delimitada no PPC.

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelo colegiado ou pela coordenadoria de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa capitaneada pelo Colegiado ou pela Coordenadoria, o Curso Técnico em \_\_\_\_\_ levanta dados sobre a realidade curricular por meio de (...)

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

## 12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO

Apresentação das diferentes instâncias responsáveis pela discussão e deliberações sobre temas relevantes para a consolidação das políticas institucionais e opções curriculares no âmbito do Curso.

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores e opcional para os demais, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
- Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;



- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto);
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior).

(Descrição dos procedimentos de escolha e forma de atuação da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso e NDE, com base nos termos da OD do IFSul).

(...)

## 13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

### 13.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica

Listagem dos professores de efetivo exercício no Curso, com suas respectivas titulações e regime de trabalho, além da referência ao Supervisor Pedagógico responsável pelo acompanhamento dos processos educativos desenvolvidos no Curso.

Nome	Disciplinas que leciona	Titulação/Universidade	Regime de trabalho
Prof. XXXX	XXXX	Graduação em... pela Universidade... Pós-Graduação em... Área de Concentração... pela Universidade...	DE, 40h, substituto, temporário

### 13.2 - Pessoal técnico-administrativo

Listagem dos servidores técnico-administrativos que atuam diretamente no Curso dando suporte ao pleno desenvolvimento das atividades educativas realizadas.

Nome	Titulação/Universidade
Prof. XXXX	Graduação em... pela Universidade... Pós-Graduação em... Área de Concentração... pela Universidade...

## 14 – INFRAESTRUTURA

Apresentação da infraestrutura implantada para a concretização da proposta formativa, tendo em vista as recomendações do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e indicadores legais específicos para o atendimento do princípio de acessibilidade.

### 14.1 – Instalações e Equipamentos oferecidos aos Professores e Estudantes

Identificação	Área (m <sup>2</sup> )
Sala de x	x
Ferramentaria	x
Oficina de x	x
Laboratório de x	x
Sala da Coordenadoria	x
(...)	x
<b>TOTAL</b>	x

#### Laboratório de xx

Equipamentos: xx (xx) unidades  
Destaques: xxxxx

#### Laboratório de xx

Equipamentos: xx (xx) unidades  
Destaques: xxxxx

## **14.2 – Infraestrutura de Acessibilidade**

(...)

## **14.3 – Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso**

(...)

## **ANEXOS**

## **Anexo I**

**Regulamento de Estágio Profissional Supervisionado do**  
**Curso Técnico em \_\_\_\_\_ (quando previsto)**

**Anexo II**  
**Regulamento de Atividades Complementares do**  
**Curso Técnico em \_\_\_\_\_ (quando previstas)**

### **Anexo III**

#### **Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso**

**Técnico em \_\_\_\_\_ (quando previsto)**

## **CAPÍTULO II – CURSOS SUPERIORES DE GRADUAÇÃO**

Esse capítulo apresenta os Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores de Tecnologia, Bacharelados, Engenharias e Licenciaturas.

### **Seção I – Tecnólogos**

#### **Base legal:**

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96;
- Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância (Inep/março de 2015);
- Parecer CNE/CES nº 436/2001;
- Parecer CNE/CP nº 29/2002;
- Resolução CNE/CP nº 3/2002;
- Portaria nº 4059/2004;
- Parecer CNE/CES nº 277/2006;
- Resolução CNE/CES nº 3/2007;
- Parecer CNE/CP nº 239/2008;
- Resolução CONAES nº 01/2010.



## Estrutura do documento:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CAMPUS \_\_\_\_\_

**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM \_\_\_\_\_**

Início: ano/semestre

Indicação do ano e semestre da 1ª oferta do Curso

## SUMÁRIO

1. Denominação
2. Vigência
3. Justificativa e objetivos
  - 3.1. Apresentação
  - 3.2. Justificativa
  - 3.3. Objetivos
4. Público alvo e requisitos de acesso
5. Regime de matrícula
6. Duração
7. Título
8. Perfil profissional e campo de atuação
  - 8.1. Perfil profissional
    - 8.1.1. Competências profissionais
  - 8.2. Campo de atuação
9. Organização curricular do curso
  - 9.1. Princípios metodológicos
  - 9.2. Prática profissional
    - 9.2.1. Estágio profissional supervisionado
    - 9.2.2. Estágio não obrigatório
  - 9.3. Atividades Complementares
  - 9.4. Trabalho de Conclusão de Curso
  - 9.5. Matriz curricular
  - 9.6. Matriz de disciplinas eletivas
  - 9.7. Matriz de disciplinas optativas
  - 9.8. Matriz de pré-requisitos
  - 9.9. Matriz de disciplinas equivalentes
  - 14.4. Matriz de componentes curriculares a distância
  - 14.5. Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia
  - 14.6. Flexibilidade curricular
  - 14.7. Política de formação integral do estudante
  - 14.8. Políticas de apoio ao estudante
  - 14.9. Políticas de ensino, pesquisa e extensão
10. Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores
11. Princípios e procedimentos de avaliação
  - 11.1. Avaliação da aprendizagem dos estudantes

- 11.2. Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso
- 12. Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão
- 13. Pessoal docente e técnico-administrativo
  - 14.10. Pessoal docente e supervisão pedagógica
  - 14.11. Pessoal técnico-administrativo
- 14. Infraestrutura
  - 14.1. Instalações e equipamentos oferecidos aos docentes e estudantes
  - 14.2. Infraestrutura de acessibilidade
  - 14.3. Infraestrutura de laboratórios específicos à área do curso
- 15. Anexos
  - I. Regulamento de estágio supervisionado (quando previsto)
  - II. Regulamento das atividades complementares (quando previstas)
  - III. Regulamento do trabalho de conclusão de curso (quando previsto)

## 1 – DENOMINAÇÃO

Curso \_\_\_\_\_, do eixo tecnológico \_\_\_\_\_.

Indicação do nome e eixo tecnológico do Curso, em conformidade com as denominações vigentes no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

## 2 – VIGÊNCIA

Indicação do ano e semestre da primeira oferta do Curso, acrescentando a data de alteração do PPC, quando houver.

O Curso \_\_\_\_\_ passará a vigor a partir de XXXX/YY (mesmo ano e semestre da capa).

Durante a sua vigência, este projeto será avaliado com periodicidade \_\_\_\_\_ (semestral ou anual, conforme opção do Curso) pela instância colegiada, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

Tendo em vista as demandas de aperfeiçoamento identificadas pela referida instância ao longo de sua primeira vigência, o projeto passou por reavaliação, culminando em alterações que passaram a vigor a partir de AAAA/BB.

## 3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

### 3.1 – Apresentação

Caracterização do Projeto de Curso apresentado, anunciando, em linhas gerais, a delimitação da oferta no que se refere ao nível, tipo (tecnologia) e modalidade, com breve indicação das particularidades curriculares (sequência curricular, eixos temáticos, perfil profissional pretendido, ...) e da vinculação à identidade educativa da Instituição.

(...)

Os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos que consubstanciam este projeto de Curso são regidos pela Organização Didática do IFSul.

### 3.2 – Justificativa

Apresentação das evidências contextuais e institucionais que justificam a proposição de Curso na área específica, apresentando dados referentes aos arranjos produtivos locais e suas respectivas demandas, com indicação das fontes oficiais, demonstrando também a aderência do Curso ao perfil de oferta e à vocação educativa da Instituição.

Referência ao Plano Nacional de Educação (2014-2024), especialmente no que tange às Metas 12 e 13 que versam sobre a Educação Superior.

(...)

### 3.3 – Objetivos

Anúncio dos propósitos gerais do projeto de Curso, indicando qual a formação a ser alicerçada ao longo da trajetória curricular. Poderão ser divididos em propósitos gerais (Objetivos Gerais) e propósitos específicos (Objetivos Específicos), fazendo constar obrigatoriamente os Objetivos Gerais, tendo em vista a vocação institucional e o perfil de egresso preconizado pelas DCN dos Cursos Superiores de Tecnologia. Os **Objetivos Gerais** expressam o que se quer alcançar a longo prazo, ultrapassando, inclusive, o tempo de duração do Curso, enquanto que os **Objetivos Específicos** assinalam as ações e estratégias a serem concretizadas no desenvolvimento curricular, visando ao alcance do(s) Objetivo(s) Geral(is).

(...)

### 4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Especificação da escolaridade mínima exigida para o ingresso no Curso, além da(s) modalidade(s) de seleção prevista(s) para o acesso.

Para ingressar no Curso \_\_\_\_\_, os candidatos deverão ter concluído \_\_\_\_\_ ou equivalente.

O processo seletivo para ingresso no Curso dar-se-á exclusivamente pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC.

### 5 - REGIME DE MATRÍCULA

Indicação das formas e periodicidade previstas para a organização da oferta curricular e para o regime de matrícula.

Regime do Curso	Anual / Semestral
Regime de Matrícula	Série / Módulo / Disciplina
Regime de Ingresso	Anual / Semestral /Final do Curso
Turno de Oferta	Manhã e/ou Tarde e/ou Noite (conforme PDI)
Número de vagas	Conforme planilha de oferta de vagas do PDI

## 6 – DURAÇÃO

Indicação da duração do Curso e das cargas horárias (horas relógio) para composição da formação, em conformidade com as DCN dos Cursos Superiores de Tecnologia e o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Duração do Curso	X semestres ou X anos
Prazo máximo de integralização	o dobro da duração mínima prevista para o Curso
Carga horária em disciplinas obrigatórias	X h
Carga horária em disciplinas eletivas ( <u>conforme opção</u> do Curso, correspondendo ao conjunto de disciplinas escolhidas pelo estudante dentre um rol de disciplinas ofertadas pelo Curso, <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia)	X h
Estágio Profissional Supervisionado ( <u>conforme opção</u> do Curso, com carga horária <b>adicionada à CH total mínima</b> estabelecida pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia)	X h
Atividades Complementares ( <u>obrigatório</u> , <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, <b>não excedendo 20% da CH total mínima do Curso</b> )	X h
Trabalho de Conclusão de Curso ( <u>conforme opção</u> do Curso, com carga horária <b>adicionada à CH total mínima</b> estabelecida pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia)	X h
<b>Carga horária total mínima do Curso (CH disciplinas obrigatórias + CH disciplinas eletivas + CH atividades complementares)</b>	X h (Mínimo >= ao CNCST)
<b>Carga horária total do Curso (CH disciplinas obrigatórias + CH disciplinas eletivas + CH estágio profissional supervisionado + CH atividades complementares + CH trabalho de conclusão de curso)</b>	X h
Optativas ( <u>conforme opção</u> do Curso, correspondendo ao conjunto de disciplinas escolhidas pelo estudante dentre um rol de disciplinas ofertadas pelo Curso <b>para além da carga horária mínima</b> do Curso)	X h

## 7 – TÍTULO

Indicação do título concedido ao estudante concluinte, em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Em estruturas curriculares organizadas por módulos, etapas, núcleos temáticos ou outras formas de terminalidade intermediária, referir a necessidade de Certificação de Qualificação Profissional de Nível Tecnológico a ser concedida ao estudante ao término de cada etapa.

Após a integralização da carga horária total do Curso, incluindo atividades complementares, além do estágio profissional supervisionado e trabalho de conclusão de curso, quando houver, o estudante receberá o diploma de Tecnólogo em \_\_\_\_\_ (mesmo nome da capa).

(Para Cursos binacionais, observar a designação de título prevista em cada país).

## 8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

Descrição do perfil do egresso, com base nos referenciais do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e no Projeto Pedagógico da Institucional, explicitando os principais conhecimentos técnico-científicos, competências profissionais e posturas ético-sociais esperadas do estudante após a conclusão do curso, bem como as principais atividades que desempenhará em seu exercício profissional. Indicação dos possíveis espaços de atuação profissional, enfatizando aqueles especialmente requeridos pelos arranjos produtivos locais.

### 8.1 Perfil profissional

O perfil profissional do egresso do Curso contempla o domínio de (...)

Na atuação deste profissional, destacam-se as seguintes atividades:

(...)

#### 8.1.1 Competências profissionais

A proposta pedagógica do Curso estrutura-se para que o estudante venha a consolidar, ao longo de sua formação, as capacidades de:

(...)

## 8.2 Campo de atuação

O egresso do Curso estará apto a atuar (...)

## 9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### 9.1 Princípios metodológicos

Anúncio dos principais indicadores da ação pedagógica no âmbito do curso, tendo em vista os compromissos sociais e pedagógicos assumidos no Projeto Pedagógico Institucional, enfatizando as estratégias problematizadoras, as práticas interdisciplinares, o uso de TICs no processo de ensino e aprendizagem, além das modalidades de operacionalização do princípio curricular da flexibilidade, podendo prever a estruturação dos itinerários formativos por etapas, módulos, núcleos temáticos, projetos ou outras atividades educacionais, com terminalidade profissional correspondente a uma qualificação profissional bem identificada e efetivamente requerida pelo mundo do trabalho, além de outras formas de flexibilidade, à escolha do Curso.

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta da Educação Profissional Tecnológica, o processo de ensino-aprendizagem privilegiado pelo Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ contempla estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do IFSul-rio-grandense, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos cursos técnicos, profundamente comprometidos com a inclusão social, através da inserção qualificada dos egressos no mundo de trabalho.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiem: (destacar as modalidades operacionais privilegiadas pelo curso para implantar os princípios metodológicos de problematização, interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade e uso de TIC's na educação, dentre outros princípios destacados no Projeto Pedagógico Institucional)

(...)



## 9.2 - Prática profissional

Descrição da concepção de Prática Profissional adotada pelo Curso, apresentando-a como princípio pedagógico intrínseco ao currículo, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional.

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem, o Curso privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional da área de atuação técnica, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os estudantes atuam.

Nesse sentido, a prática profissional figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais.

Esta concepção curricular é objetivada na opção por metodologias que colocam os variados saberes específicos a serviços da reflexão e ressignificação das rotinas e contextos profissionais, atribuindo ao **trabalho** o status de principal **princípio educativo**, figurando, portanto, como eixo articulador de todas as experiências formativas.

Ao privilegiar o trabalho como princípio educativo, a proposta formativa do Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ assume o compromisso com a dimensão da prática profissional intrínseca às abordagens conceituais, atribuindo-lhe o caráter de transversalidade.

Em consonância com esses princípios, a prática profissional no Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ traduz-se curricularmente por meio de (...)

### 9.2.1 - Estágio profissional supervisionado

Síntese da concepção de estágio expressa na Organização Didática e no Regulamento de Estágio do IFSul, caracterizando-o como ato educativo e distinguindo-o quanto às suas formas de oferta no âmbito do Curso (obrigatório e/ou não obrigatório). Em caso de oferta obrigatória o PPC deverá incluir em anexo o Regulamento de Estágio específico do Curso.

Conforme a descrição da Organização Didática e do Regulamento de Estágio do IFSul, o estágio caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

Nessa perspectiva, transcende o nível do treinamento profissional, constituindo-se como ato acadêmico intencionalmente planejado, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

(Para Cursos que preveem o estágio supervisionado):

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ contempla o estágio obrigatório (Estágio Profissional Supervisionado) acrescido à carga horária mínima estabelecida para o Curso, tendo em vista a proposta de formação e a natureza das áreas de atuação profissional do egresso, cujas atividades demandam o desenvolvimento de (... listar as competências especialmente favorecidas pela prática profissional supervisionada).

O Estágio Profissional Supervisionado terá duração mínima de (xx) horas, podendo ser realizado a partir da conclusão do (xx) período letivo.

A modalidade operacional do Estágio Profissional Supervisionado no Curso encontra-se descrita no Regulamento de Estágio do Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ (Anexo I).

(...)

(Para Cursos que não preveem estágio supervisionado):

Considerando a natureza tecnológica e o perfil profissional projetado, o Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ não oferta Estágio Profissional Supervisionado, assegurando, no entanto, a prática profissional intrínseca ao currículo desenvolvida nos ambientes de aprendizagem.

### 9.2.2 Estágio não obrigatório

Descrição da forma de oferta de estágio não obrigatório, em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFSul, destacando os procedimentos acadêmicos adotados pelo Curso para o acompanhamento e validação desta atividade formativa opcional.

No Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se normatizada no regulamento de estágio do IFSul.

(...)

### 9.3 Atividades Complementares

Indicação da opção do Curso pela oferta de Atividades Complementares na composição do itinerário formativo do estudante, apresentando sua concepção, objetivos e modalidade operacional no âmbito do Curso.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

O Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares com o objetivo de (...).

As Atividades Complementares, como modalidades de enriquecimento da qualificação acadêmica e profissional dos estudantes, objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática e estimular a educação continuada dos egressos do Curso, conforme estabelecido na organização didática do IFSul.

Cumprindo com a função de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no Curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

A modalidade operacional adotada para a oferta de Atividades Complementares no Curso encontra-se descrita no Regulamento de Atividades Complementares do Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ (Anexo II).

### 9.4 Trabalho de Conclusão de Curso

Indicação da opção do Curso pela oferta de Trabalho de Conclusão de Curso como atividade curricular favorável à consolidação do perfil do egresso. Explicitação dos objetivos, da modalidade acadêmica da atividade, bem como do período curricular destinado à sua realização, podendo ser desenvolvido sob a forma de monografia, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outros, de acordo com a natureza da área profissional e os fins do curso.

Considerando a natureza da área profissional e a concepção curricular do curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de curso no formato de (especificar a modalidade: projeto, protótipo, monografia, etc) como forma de favorecer os seguintes princípios educativos:

(...)

Para assegurar a consolidação dos referidos princípios, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ (Anexo III).

## 9.5 Matriz curricular

MEC/SETEC INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE					A PARTIR DE ANO/período		
LOGO IFSUL		Curso Superior de Tecnologia em _____			CAMPUS NOME		
		MATRIZ CURRICULAR Nº					
SEMESTRES ou ANOS		CÓDIGO	DISCIPLINAS	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL	
	I SEMESTRE ou ANO						
				SUBTOTAL			
	II SEMESTRE ou ANO						
				SUBTOTAL			
	III SEMESTRE ou ANO						
				SUBTOTAL			
<b>SUBTOTAL GERAL</b>							
CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS – A							
CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS ELETIVAS (quando previstas) – B							
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (quando previsto) - C							
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (quando previstas) – D							
ESTAGIO CURRICULAR (quando previsto) – E							
CARGA HORÁRIA TOTAL (A+B+C+D+E)							
CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS (quando previstas) - F							

HORA AULA = 45 MINUTOS.

DESENVOLVIMENTO DE CADA SEMESTRE EM 20 SEMANAS.

Observação: As cargas horárias de A, B e D devem ser contabilizadas dentro da carga horária mínima de Catálogo.

### 9.6 Matriz de disciplinas eletivas (quando houver)

MATRIZ DE DISCIPLINAS ELETIVAS (quando previstas)				
Curso Superior de Tecnologia em _____			CAMPUS NOME	
CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL

### 9.7 Matriz de disciplinas optativas (quando houver)

MATRIZ DE DISCIPLINAS OPTATIVAS (quando previstas)				
Curso Superior de Tecnologia em _____			CAMPUS NOME	
CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL

### 9.8 Matriz de pré-requisitos (quando houver)

MEC/SETEC INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE						A PARTIR DE ANO/período	
LOGO IFSUL			Curso Superior de Tecnologia em _____			CAMPUS NOME	
			MATRIZ DE PRÉ-REQUISITOS				
SEMESTRES ou ANOS		CÓDIGO	DISCIPLINAS	CÓDIGO	DISCIPLINAS		
	I SEMESTRE ou ANO						
	II SEMESTRE ou ANO						

(...)

## 9.9 Matriz de disciplinas equivalentes (quando houver)

Listagem das disciplinas existentes ou previstas em outras grades ou outros Cursos que sejam equivalentes às propostas na matriz atual. Deverá constar este item quando se tratar de mudanças curriculares de Cursos que já estejam em funcionamento ou quando já se vislumbra a possibilidade de o estudante mudar de Curso. Casos típicos de alterações curriculares são: a substituição de disciplinas por outras com ementas similares; a divisão ou o agrupamento de disciplinas; a alteração de cargas horárias de disciplinas. Pode-se combinar disciplinas prevendo condições lógicas de combinações entre elas.

MATRIZ DE EQUIVALÊNCIA / SUBSTITUIÇÃO								
CAMPUS NOME								
Curso Superior ... em _____				→ ← ↔	Curso Superior ... em _____			
Matriz Nº/Vigência					Matriz Nº/Vigência			
Disciplina	Código	Período Letivo	CH		CH	Período Letivo	Código	Disciplina

### **ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA MATRIZ:**

Disciplina(s) que irá(ão) substituir (CH =/>)	→	Disciplina(s) que será(ão) substituída(s) (CH =/<)
Disciplina(s) que será(ão) substituída(s) (CH =/<)	←	Disciplina(s) que irá(ão) substituir (CH =/>)
Disciplinas com CH =, que se equivalem	↔	Disciplinas com CH =, que se equivalem

# É necessário que a disciplina que irá substituir tenha carga horária (CH) igual (=) ou maior (>) que a disciplina que será substituída.

# Uma disciplina pode substituir duas ou mais disciplinas desde que a sua carga horária (CH) seja igual (=) ou maior (>) do que a soma das cargas horárias (CH) a serem substituídas.

# Duas ou mais disciplinas podem substituir uma disciplina desde que a soma de suas cargas horárias (CH) seja igual (=) ou maior (>) do que a carga horária (CH) da disciplina substituída.

# Só é necessário constar na Matriz de Equivalência/Substituição disciplinas com códigos diferentes entre si. Disciplinas com o mesmo código já possuem equivalência no sistema acadêmico do IFSul.

### 9.10 Matriz de componentes curriculares a distância (quando houver)

Apresentação da Matriz de disciplinas ofertadas a distância, respeitados os dispositivos do Decreto Nº 5.622/2005 e da Portaria nº 4.059/2004, e em conformidade com a regulamentação institucional para oferta de componentes curriculares a distância.

Matriz de disciplinas ofertadas a distância			
Curso Superior de Tecnologia em _____			
Vigência: a partir de [ano]/[semestre]		Carga horária total do curso: [número] h	
Carga horária total em disciplinas a distância: [número]h		Percentual a distância: [igual ou inferior a 20%]	
Rol de disciplinas na modalidade a distância (oferta semi-presencial)			
Disciplina	Código	Carga horária total	Carga horária a distância

### 9.11 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia

Apresentação dos programas das disciplinas, em conformidade com o perfil de egresso delimitado para o Curso, indicando ementa (Orientação Normativa nº 001/2010), conteúdos, bibliografia básica (3 títulos) e bibliografia complementar (5 títulos). Todos os programas de disciplina devem ser inseridos como anexos do PPC, em arquivos separados.

#### 9.11.1 Primeiro período letivo

DISCIPLINA: [Nome oficial da disciplina]	
Vigência: a partir de [ano]/[semestre]	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: [número] h	Código: [ver sistema acadêmico]
Ementa: [conforme Orientação Normativa nº 001/2010 (disponível no sítio do IFSul no caminho Ensino/Modelos de documentos/Orientação Normativa nº001/2010-ementas)].	



## **Conteúdos**

UNIDADE I – Título da unidade I

1.1 Título de subunidade de nível 1

1.1.1 Título de subunidade de nível 2

1.1.2 Título de subunidade de nível 2

1.2 Título da subunidade de nível 1

1.3 Título da subunidade de nível 1

UNIDADE II – Título da unidade I

2.1 Título de subunidade de nível 1

(...)

## **Bibliografia básica**

[SOBRENOME, Nome. Título do livro. Edição. Cidade: Editora, Ano.]

## **Bibliografia complementar**

[SOBRENOME, Nome. Título do livro. Edição. Cidade: Editora, Ano.]

### **9.11.2 Segundo período letivo**

(...)

### **9.11.3 Terceiro período letivo**

(...)

### 9.12 Flexibilidade curricular

Apresentação da concepção e das modalidades de flexibilização adotadas pelo Curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

O Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação regulatória da Educação Profissional, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em (listar atividades complementares, disciplinas eletivas e/ou optativas, programas de extensão, organização por módulos com terminalidade específica, participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, estágios não obrigatórios, tutorias acadêmicas, oferta de componentes curriculares na modalidade EaD, dentre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao Curso), dentre outras experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

(Para cursos com previsão de terminalidades intermediárias, descrever a estrutura de cada módulo ou núcleo curricular, identificando as qualificações profissionais correspondentes a essas etapas formativas e suas respectivas competências profissionais.)

### 9.13 Política de formação integral do estudante

Especificação de como o curso implementa, na sua organização curricular, temas como ética; raciocínio lógico; redação de documentos técnicos; atenção a normas técnicas e de segurança; capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade; estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora; integração com o mundo de trabalho.

(...)

### 9.14 Políticas de apoio ao estudante

Descrição das principais políticas de apoio ao desenvolvimento do estudante implementadas pelo IFSul e das estratégias especificamente adotadas pelo Curso.

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

...

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

(...)

- Aulas de reforço;
- Oficinas especiais para complementação de estudos;

### **9.15 Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão**

Descrição das estratégias adotadas no âmbito do Curso para a implementação das políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão previstas no IFSul, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional.

(...)

## **10 - CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES**

Apresentação da concepção, base legal e regramento operacional adotado pelo IFSul para cumprir o dispositivo do aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores no âmbito da Educação Superior.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

Em consonância com as finalidades e princípios da Educação Superior expressos na LDB nº 9.394/96, o Curso prevê a possibilidade de aproveitamento dos conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Tecnológica;
- em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em cursos de educação profissional inicial e continuada, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regrado operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria/Chefia de Ensino do Câmpus.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

Os procedimentos necessários à abertura e desenvolvimento do processo de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho encontram-se detalhados na Organização Didática do IFSul.

## **11– PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO**

Descrição da concepção e procedimentos de avaliação da aprendizagem dos estudantes e do Projeto de Curso adotados pelo IFSul, apresentando também as particularidades operacionais do Curso.
--

### **11.1 Avaliação da aprendizagem dos estudantes**

A avaliação no IFSul é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como (listar as principais formas de avaliação desenvolvidas no Curso, tais como trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina).

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do IFSul, e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.

### **11.2 Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso**

Listagem das instâncias e modalidades de avaliação da proposta formativa delimitada no PPC.

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelo colegiado de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa capitaneada pelo Colegiado, o Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ levanta dados sobre a realidade curricular por meio de (...)

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

## 12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO

Apresentação das diferentes instâncias responsáveis pela discussão e deliberações sobre temas relevantes para a consolidação das políticas institucionais e opções curriculares no âmbito do Curso.

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
- Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto);
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior).

(Descrição dos procedimentos de escolha e forma de atuação da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso e NDE, com base nos termos da OD do IFSul).

(...)

## 13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

### 13.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica

Listagem dos professores de efetivo exercício no Curso, com suas respectivas titulações e regime de trabalho, além da referência ao Supervisor Pedagógico responsável pelo acompanhamento dos processos educativos desenvolvidos no Curso.

Nome	Disciplinas que leciona	Titulação/Universidade	Regime de trabalho
Prof. XXXX	XXXX	Graduação em... pela Universidade... Pós-Graduação em... Área de Concentração... pela Universidade...	DE, 40h, substituto, temporário

### 13.2 - Pessoal técnico-administrativo

Listagem dos servidores técnico-administrativos que atuam diretamente no Curso dando suporte ao pleno desenvolvimento das atividades educativas realizadas.

Nome	Titulação/Universidade
Prof. XXXX	Graduação em... pela Universidade... Pós-Graduação em... Área de Concentração... pela Universidade...



## 14 – INFRAESTRUTURA

Apresentação da infraestrutura implantada para a concretização da proposta formativa, tendo em vista as recomendações do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e indicadores legais específicos para o atendimento do princípio de acessibilidade.

### 14.1 – Instalações e Equipamentos oferecidos aos Professores e Estudantes

Identificação	Área (m <sup>2</sup> )
Sala de x	x
Ferramentaria	x
Oficina de x	x
Laboratório de x	x
Sala da Coordenadoria	x
(...)	x
<b>TOTAL</b>	x

#### Laboratório de xx

Equipamentos: xx (xx) unidades  
Destaques: xxxxx

#### Laboratório de xx

Equipamentos: xx (xx) unidades  
Destaques: xxxxx

### 14.2 – Infraestrutura de Acessibilidade

(...)

### 14.3 – Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso

(...)

## **ANEXOS**

## **Anexo I**

**Regulamento de Estágio Profissional Supervisionado do  
Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ (quando previsto)**

**Anexo II**

**Regulamento de Atividades Complementares do**

**Curso Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ (quando previstas)**

**Anexo III**

**Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso**

**Superior de Tecnologia em \_\_\_\_\_ (quando previsto)**

## Seção II – Bacharelados

### Base legal:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96;
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura;
- Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de cada Curso;
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância (Inep/março de 2015);
- Parecer CNE/CES nº 67/2003;
- Portaria nº 4.059/2004;
- Resolução CNE/CES nº 2/2007;
- Resolução CNE/CES nº 3/2007;
- Resolução CONAES nº 01/2010.

## Estrutura do documento:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CAMPUS \_\_\_\_\_

**CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO**  
**BACHARELADO EM** \_\_\_\_\_

Início: ano/semestre

Indicação do ano e semestre da 1ª oferta do Curso

## SUMÁRIO

1. Denominação
2. Vigência
3. Justificativa e objetivos
  - 3.1. Apresentação
  - 3.2. Justificativa
  - 3.3. Objetivos
4. Público alvo e requisitos de acesso
5. Regime de matrícula
6. Duração
7. Título
8. Perfil profissional e campo de atuação
  - 8.1. Perfil profissional
    - 8.1.1. Competências profissionais
  - 8.2. Campo de atuação
9. Organização curricular do curso
  - 9.1. Princípios metodológicos
  - 9.2. Prática profissional
    - 9.2.1. Estágio profissional supervisionado
    - 9.2.2. Estágio não obrigatório
  - 9.3. Atividades Complementares
  - 9.4. Trabalho de Conclusão de Curso
  - 9.5. Matriz curricular
  - 9.6. Matriz de disciplinas eletivas
  - 9.7. Matriz de disciplinas optativas
  - 9.8. Matriz de pré-requisitos
  - 9.9. Matriz de disciplinas equivalentes
  - 9.10. Matriz de componentes curriculares a distância
  - 9.11. Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia
  - 9.12. Flexibilidade curricular
  - 9.13. Política de formação integral do estudante
  - 9.14. Políticas de apoio ao estudante
  - 9.15. Políticas de ensino, pesquisa e extensão
10. Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores
11. Princípios e procedimentos de avaliação
  - 11.1. Avaliação da aprendizagem dos estudantes



- 11.2. Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso
- 12. Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão
- 13. Pessoal docente e técnico-administrativo
  - 13.1. Pessoal docente e supervisão pedagógica
  - 13.2. Pessoal técnico-administrativo
- 14. Infraestrutura
  - 14.1. Instalações e equipamentos oferecidos aos docentes e estudantes
  - 14.2. Infraestrutura de acessibilidade
  - 14.3. Infraestrutura de laboratórios específicos à área do curso
- 15. Anexos
  - I. Regulamento de estágio supervisionado (quando previsto)
  - II. Regulamento das atividades complementares (quando previstas)
  - III. Regulamento do trabalho de conclusão de curso (quando previsto)

## 1 – DENOMINAÇÃO

Curso \_\_\_\_\_.

Indicação do nome do Curso, em conformidade com as denominações vigentes nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura e nas Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de cada Curso.

## 2 – VIGÊNCIA

Indicação do ano e semestre da primeira oferta do Curso, acrescentando a data de alteração do PPC, quando houver.

O Curso \_\_\_\_\_ passará a vigor a partir de XXXX/YY (mesmo ano e semestre da capa).

Durante a sua vigência, este projeto será avaliado com periodicidade \_\_\_\_\_ (semestral ou anual, conforme opção do Curso) pela instância colegiada, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

Tendo em vista as demandas de aperfeiçoamento identificadas pela referida instância ao longo de sua primeira vigência, o projeto passou por reavaliação, culminando em alterações que passaram a vigor a partir de AAAA/BB.

## 3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

### 3.1 – Apresentação

Caracterização do Projeto de Curso apresentado, anunciando, em linhas gerais, a delimitação da oferta no que se refere ao nível, tipo (bacharelado) e modalidade, com breve indicação das particularidades curriculares (sequência curricular, eixos temáticos, perfil profissional pretendido, ênfases metodológicas, etc) e da vinculação à identidade educativa da Instituição.

(...)

Os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos que consubstanciam este projeto de Curso são regidos pela Organização Didática do IFSul.

### 3.2 – Justificativa

Apresentação das evidências contextuais e institucionais que justificam a proposição de Curso na área específica, apresentando dados referentes aos arranjos produtivos locais e suas respectivas demandas, com indicação das fontes oficiais, demonstrando também a aderência do Curso ao perfil de oferta e à vocação educativa da Instituição.

Referência ao Plano Nacional de Educação (2014-2024), especialmente no que tange às Metas 12 e 13 que versam sobre a Educação Superior.

(...)

### 3.3 – Objetivos

Anúncio dos propósitos gerais do projeto de Curso, indicando qual a formação a ser alicerçada ao longo da trajetória curricular. Poderão ser divididos em propósitos gerais (Objetivos Gerais) e propósitos específicos (Objetivos Específicos), fazendo constar obrigatoriamente os Objetivos Gerais, tendo em vista a vocação institucional e o perfil de egresso preconizado pelas DCN do respectivo curso. Os **Objetivos Gerais** expressam o que se quer alcançar a longo prazo, ultrapassando, inclusive, o tempo de duração do Curso, enquanto que os **Objetivos Específicos** assinalam as ações e estratégias a serem concretizadas no desenvolvimento curricular, visando ao alcance do(s) Objetivo(s) Geral(is).

(...)

### 4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Especificação da escolaridade mínima exigida para o ingresso no Curso, além da(s) modalidade(s) de seleção prevista(s) para o acesso.

Para ingressar no Curso \_\_\_\_\_, os candidatos deverão ter concluído \_\_\_\_\_ ou equivalente.

O processo seletivo para ingresso no Curso dar-se-á exclusivamente pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC.

### 5 - REGIME DE MATRÍCULA

Indicação das formas e periodicidade previstas para a organização da oferta curricular e para o regime de matrícula.

Regime do Curso	Anual / Semestral
Regime de Matrícula	Série / Módulo / Disciplina
Regime de Ingresso	Anual / Semestral /Final do Curso
Turno de Oferta	Manhã e/ou Tarde e/ou Noite (conforme PDI)
Número de vagas	Conforme planilha de oferta de vagas do PDI

## 6 – DURAÇÃO

Indicação da duração do Curso e das cargas horárias (horas relógio) para composição da formação, em conformidade com as DCN específicas de cada Curso.

Duração do Curso	X semestres ou X anos
Prazo máximo de integralização	o dobro da duração mínima prevista para o Curso
Carga horária em disciplinas obrigatórias	X h
Carga horária em disciplinas eletivas ( <u>conforme opção</u> do Curso, correspondendo ao conjunto de disciplinas escolhidas pelo estudante dentre um rol de disciplinas ofertadas pelo Curso, <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pela DCN)	X h
Estágio Profissional Supervisionado ( <u>conforme opção</u> do Curso ou determinação da DCN do Curso, com carga horária <b>integrando ou não a CH total mínima</b> , conforme a previsão da DCN)	X h
Atividades Complementares ( <u>obrigatório</u> , <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pela DCN)	X h
Trabalho de Conclusão de Curso ( <u>conforme opção</u> do Curso ou determinação da DCN do Curso, com carga horária <b>integrando ou não a CH total mínima</b> , conforme a previsão da DCN)	X h
<b>Carga horária total mínima do Curso = CH disciplinas obrigatórias + CH disciplinas eletivas + CH estágio profissional supervisionado (se incluído na CHM, conforme previsão da DCN do Curso) + CH atividades complementares + CH trabalho de conclusão de curso (se incluído na CHM, conforme previsão da DCN do Curso)</b>	X h (Mínimo estabelecido pela DCN)
<b>Carga horária total do Curso (CH disciplinas obrigatórias + CH disciplinas eletivas + CH estágio profissional supervisionado + CH atividades complementares + CH trabalho de conclusão de curso)</b>	X h
Optativas ( <u>conforme opção</u> do Curso, correspondendo ao conjunto de disciplinas escolhidas pelo estudante dentre um rol de disciplinas ofertadas pelo Curso <b>para além da carga horária mínima</b> do Curso)	X h

## 7 – TÍTULO

Indicação do título concedido ao estudante concluinte, em conformidade com os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura e com as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de cada Curso.

Após a integralização da carga horária total do Curso, incluindo atividades complementares, estágio supervisionado e TCC (conforme previsão das DCN de cada Curso), o estudante receberá o diploma de **Bacharel em** \_\_\_\_\_ (mesmo nome da capa).

(Para Cursos binacionais, observar a designação de título prevista em cada país).

## 8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

Descrição do perfil do egresso, com base nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura e Diretrizes Curriculares Nacionais de cada Curso, bem como no Projeto Pedagógico Institucional. Explicitação dos principais conhecimentos técnico-científicos, competências profissionais e posturas ético-sociais esperadas do estudante após a conclusão do Curso, bem como das principais atividades que desempenhará em seu exercício profissional. Indicação dos possíveis espaços de atuação profissional, enfatizando aqueles especialmente requeridos pelos arranjos produtivos locais.

### 8.1 Perfil profissional

O perfil profissional do egresso do Curso contempla o domínio de (...)

Na atuação deste profissional, destacam-se as seguintes atividades:

(...)

#### 8.1.1 Competências profissionais

A proposta pedagógica do Curso estrutura-se para que o estudante venha a consolidar, ao longo de sua formação, as capacidades de:

(...)

## 8.2 Campo de atuação

O egresso do Curso estará apto a atuar (...)

# 9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

## 9.1 Princípios metodológicos

Anúncio dos principais indicadores da ação pedagógica no âmbito do curso, tendo em vista os compromissos sociais e pedagógicos assumidos no Projeto Pedagógico Institucional, enfatizando as estratégias problematizadoras, as práticas interdisciplinares, o uso de TICs no processo de ensino e aprendizagem, além das modalidades de operacionalização do princípio curricular da flexibilidade e outros indicadores pedagógicos expressos nas DCNs do Curso.

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais, o processo de ensino-aprendizagem privilegiado pelo Curso \_\_\_\_\_ contempla estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos Cursos de Graduação do IFSul, profundamente comprometidos com a inclusão social, por meio da verticalização do ensino, visando a inserção qualificada dos egressos no mundo do trabalho e ao exercício pleno da cidadania.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiem: (destacar as modalidades operacionais privilegiadas pelo Curso para implantar os princípios metodológicos de problematização, interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade e uso de TIC's na educação, dentre outros princípios destacados nas DCNs do Curso e no Projeto Pedagógico Institucional)

(...)

## 9.2 - Prática profissional

Descrição da concepção de Prática Profissional adotada pelo curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de cada curso, apresentando-a como princípio pedagógico intrínseco ao currículo, integrando as cargas horárias mínimas do curso, e/ou como componentes curriculares específicos, conforme previsão das DCNs de cada curso.

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, o Curso privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional da área de atuação técnica, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os estudantes atuam.

Nesse sentido, a prática profissional figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais.

Em consonância com esses princípios, a prática profissional no Curso \_\_\_\_\_ traduz-se curricularmente por meio de (...)

### 9.2.1 - Estágio profissional supervisionado

Síntese da concepção de estágio expressa na Organização Didática e no Regulamento de Estágio do IFSul, caracterizando-o como ato educativo e distinguindo-o quanto às suas formas de oferta no âmbito do Curso (obrigatório, se previsto nas DCNs específicas do curso, determinando sua carga horária e período de oferta, e não obrigatório). Referência ao Regulamento de Estágio específico do Curso, incluído em anexo.

Conforme a descrição da Organização Didática e do Regulamento de Estágio do IFSul, o estágio caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

Nessa perspectiva, transcende o nível do treinamento profissional, constituindo-se como ato acadêmico intencionalmente planejado, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

A matriz curricular do Curso \_\_\_\_\_ contempla o estágio obrigatório (integrando ou não a carga horária mínima estabelecida para o Curso, conforme DCN do Curso), tendo em vista a proposta de formação e a natureza das áreas de atuação profissional do egresso, cujas atividades demandam o desenvolvimento de (...listar as competências especialmente favorecidas pelo estágio supervisionado).

O Estágio Supervisionado terá duração mínima de (...) horas, podendo ser realizado a partir do (xx) período letivo.

A modalidade operacional do Estágio Supervisionado no Curso encontra-se descrita no Regulamento de Estágio do Curso \_\_\_\_\_ (Anexo I).

### 9.2.2 Estágio não obrigatório

Descrição da forma de oferta de estágio não obrigatório, em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFSul, destacando os procedimentos acadêmicos adotados pelo Curso para o acompanhamento e validação desta atividade formativa opcional.

No Curso \_\_\_\_\_ prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se normatizada no regulamento de estágio do IFSul.

(...)

### 9.3 Atividades Complementares

Caracterização da oferta obrigatória de Atividades Complementares na composição do itinerário formativo do estudante, apresentando sua concepção, objetivos e modalidade operacional no âmbito do Curso.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

O Curso \_\_\_\_\_ prevê o aproveitamento de experiências extra-curriculares como Atividades Complementares com o objetivo de (...).

As Atividades Complementares, como modalidades de enriquecimento da qualificação acadêmica e profissional dos estudantes, objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática e estimular a educação continuada dos egressos do Curso, conforme estabelecido na organização didática do IFSul.



Cumprindo com a função de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no Curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

A modalidade operacional adotada para a oferta de Atividades Complementares no Curso \_\_\_\_\_ encontra-se descrita no Regulamento de Atividades Complementares do Curso \_\_\_\_\_ (Anexo II).

#### **9.4 Trabalho de Conclusão de Curso**

Indicação da obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso na estrutura curricular (conforme determinação das DCN e opção do Curso), caracterizando-o como atividade favorável à consolidação do perfil do egresso. Explicitação dos objetivos, da modalidade acadêmica da atividade, bem como do período curricular destinado à sua realização, podendo ser desenvolvido sob a forma de monografia, projeto, análise de casos, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outros, de acordo com a natureza da área profissional e os objetivos do curso.

Considerando a natureza da área profissional e a concepção curricular do curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de curso no formato de (especificar a modalidade: projeto, protótipo, monografia, etc) como forma de favorecer os seguintes princípios educativos:

(...)

Para assegurar a consolidação dos referidos princípios, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso \_\_\_\_\_ (Anexo III).

## 9.5 Matriz curricular

<b>MEC/SETEC INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE</b>					A PARTIR DE ANO/período	
LOGO IFSUL		Curso Superior de _____			CAMPUS NOME	
		MATRIZ CURRICULAR Nº				
SEMESTRES ou ANOS		CÓDIGO	DISCIPLINAS	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMANAL	HORA RELÓGIO SEMANAL
	I SEMESTRE ou ANO					
				SUBTOTAL		
	II SEMESTRE ou ANO					
				SUBTOTAL		
	III SEMESTRE ou ANO					
				SUBTOTAL		
	<b>SUBTOTAL GERAL</b>					
	CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS – A					
	CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS ELETIVAS (quando previstas) – B					
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (quando previsto) - C						
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (quando previstas) – D						
ESTAGIO CURRICULAR (quando previsto) – E						
CARGA HORÁRIA TOTAL (A+B+C+D+E)						
CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS (quando previstas) - F						

HORA AULA = 45 MINUTOS.

DESENVOLVIMENTO DE CADA SEMESTRE EM 20 SEMANAS.

Observação: As cargas horárias de C e E poderão ou não ser contabilizadas dentro da carga horária mínima estabelecida, conforme DCN do Curso.

### 9.6 Matriz de disciplinas eletivas (quando houver)

MATRIZ DE DISCIPLINAS ELETIVAS (quando previstas)				
Curso Superior de _____			CAMPUS NOME	
CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL

### 9.7 Matriz de disciplinas optativas (quando houver)

MATRIZ DE DISCIPLINAS OPTATIVAS (quando previstas)				
Curso Superior de _____			CAMPUS NOME	
CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL

### 9.8 Matriz de pré-requisitos (quando houver)

MEC/SETEC INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE						A PARTIR DE ANO/período
LOGO IFSUL		Curso Superior de _____				
		MATRIZ DE PRÉ-REQUISITOS				
						CAMPUS NOME
SEMESTRES ou ANOS		CÓDIGO	DISCIPLINAS	CÓDIGO	DISCIPLINAS	
	I SEMESTRE ou ANO					
	II SEMESTRE ou ANO					

(...)

## 9.9 Matriz de disciplinas equivalentes (quando houver)

Listagem das disciplinas existentes ou previstas em outras grades ou outros Cursos que sejam equivalentes às propostas na matriz atual. Deverá constar este item quando se tratar de mudanças curriculares de Cursos que já estejam em funcionamento ou quando já se vislumbra a possibilidade de o estudante mudar de Curso. Casos típicos de alterações curriculares são: a substituição de disciplinas por outras com ementas similares; a divisão ou o agrupamento de disciplinas; a alteração de cargas horárias de disciplinas. Pode-se combinar disciplinas prevendo condições lógicas de combinações entre elas.

MATRIZ DE EQUIVALÊNCIA / SUBSTITUIÇÃO							
CAMPUS NOME							
Curso _____				→ ← ↔	Curso _____		
Matriz Nº/Vigência					Matriz Nº/Vigência		
Disciplina	Código	Período Letivo	CH		CH	Período Letivo	Código

### **ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA MATRIZ:**

Disciplina(s) que irá(ão) substituir (CH =/>)	→	Disciplina(s) que será(ão) substituída(s) (CH =/<)
Disciplina(s) que será(ão) substituída(s) (CH =/<)	←	Disciplina(s) que irá(ão) substituir (CH =/>)
Disciplinas com CH =, que se equivalem	↔	Disciplinas com CH =, que se equivalem

# É necessário que a disciplina que irá substituir tenha carga horária (CH) igual (=) ou maior (>) que a disciplina que será substituída.

# Uma disciplina pode substituir duas ou mais disciplinas desde que a sua carga horária (CH) seja igual (=) ou maior (>) do que a soma das cargas horárias (CH) a serem substituídas.

# Duas ou mais disciplinas podem substituir uma disciplina desde que a soma de suas cargas horárias (CH) seja igual (=) ou maior (>) do que a carga horária (CH) da disciplina substituída.

# Só é necessário constar na Matriz de Equivalência/Substituição disciplinas com códigos diferentes entre si. Disciplinas com o mesmo código já possuem equivalência no sistema acadêmico do IFSul.

### 9.10 Matriz de componentes curriculares a distância (quando houver)

Apresentação da Matriz de disciplinas ofertadas a distância, respeitados os dispositivos do Decreto Nº 5.622/2005 e da Portaria nº 4.059/2004, e em conformidade com a regulamentação institucional para oferta de componentes curriculares a distância.

Matriz de disciplinas ofertadas a distância			
Curso _____			
Vigência: a partir de [ano]/[semestre]		Carga horária total do curso: [número] h	
Carga horária total em disciplinas a distância: [número]h		Percentual a distância: [igual ou inferior a 20%]	
Rol de disciplinas na modalidade a distância (oferta semi-presencial)			
Disciplina	Código	Carga horária total	Carga horária a distância

### 9.11 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia

Apresentação dos programas das disciplinas, em conformidade com o perfil de egresso delimitado para o Curso, indicando ementa (Orientação Normativa nº 001/2010), conteúdos, bibliografia básica (3 títulos) e bibliografia complementar (5 títulos). Todos os programas de disciplina devem ser inseridos como anexos do PPC, em arquivos separados.

#### 9.11.1 Primeiro período letivo

DISCIPLINA: [Nome oficial da disciplina]	
Vigência: a partir de [ano]/[semestre]	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: [número] h	Código: [ver sistema acadêmico]
Ementa: [conforme Orientação Normativa nº 001/2010 (disponível no sítio do IFSul no caminho Ensino/Modelos de documentos/Orientação Normativa nº001/2010-ementas)].	

## **Conteúdos**

UNIDADE I – Título da unidade I

1.1 Título de subunidade de nível 1

1.1.1 Título de subunidade de nível 2

1.1.2 Título de subunidade de nível 2

1.2 Título da subunidade de nível 1

1.3 Título da subunidade de nível 1

UNIDADE II – Título da unidade I

2.1 Título de subunidade de nível 1

(...)

## **Bibliografia básica**

[SOBRENOME, Nome. Título do livro. Edição. Cidade: Editora, Ano.]

## **Bibliografia complementar**

[SOBRENOME, Nome. Título do livro. Edição. Cidade: Editora, Ano.]

### **9.11.2 Segundo período letivo**

(...)

### **9.11.3 Terceiro período letivo**

(...)

### 9.12 Flexibilidade curricular

Apresentação da concepção e das modalidades de flexibilização adotadas pelo Curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de \_\_\_\_\_.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

O Curso \_\_\_\_\_ implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação regulatória da Educação Profissional, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em (listar atividades complementares, disciplinas eletivas e/ou optativas, programas de extensão, organização por módulos com terminalidade específica, participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, estágios não obrigatórios, tutorias acadêmicas, oferta de componentes curriculares na modalidade EaD, dentre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao Curso), dentre outras experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

### 9.13 Política de formação integral do estudante

Especificação de como o Curso implementa, na sua organização curricular, temas como ética; meio ambiente; inclusão social; raciocínio lógico; redação de documentos técnicos; atenção a normas técnicas e de segurança; capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade; estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora; integração com o mundo de trabalho.

(...)

### 9.14 Políticas de apoio ao estudante

Descrição das principais políticas de apoio ao desenvolvimento do estudante implementadas pelo IFSul e das estratégias especificamente adotadas pelo Curso.

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

...

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

(...)

- Aulas de reforço;
- Oficinas especiais para complementação de estudos;

### 9.15 Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão

Descrição das estratégias adotadas no âmbito do Curso para a implementação das políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão previstas no IFSul, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional.

(...)



## 10 - CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES

Apresentação da concepção, base legal e regramento operacional adotado pelo IFSul para cumprir o dispositivo do aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores no âmbito da Educação Superior.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

Em consonância com as finalidades e princípios da Educação Superior expressos na LDB nº 9.394/96, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico ou tecnológico ou, ainda, regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Superior;
- em Cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos Superiores de Graduação, mediante avaliação do estudante;
- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em Cursos de Educação Profissional inicial e continuada, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regido operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria/Chefia de Ensino do Campus.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

Os procedimentos necessários à abertura e desenvolvimento do processo de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho encontram-se detalhados na Organização Didática do IFSul.

## **11– PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO**

Descrição da concepção e procedimentos de avaliação da aprendizagem dos estudantes e do Projeto de Curso adotados pelo IFSul, apresentando também as particularidades operacionais do Curso.

### **11.1 Avaliação da aprendizagem dos estudantes**

A avaliação no IFSul é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso \_\_\_\_\_, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como (listar as principais formas de avaliação desenvolvidas no Curso, tais como trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina).

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do IFSul, e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.

## **11.2 Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso**

Listagem das instâncias e modalidades de avaliação da proposta formativa delimitada no PPC.

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante, em articulação com o Colegiado de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa, o Curso \_\_\_\_\_ levanta dados sobre a realidade curricular por meio de (...)

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

## **12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO**

Apresentação das diferentes instâncias responsáveis pela discussão e deliberações sobre temas relevantes para a consolidação das políticas institucionais e opções curriculares no âmbito do Curso.

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
- Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;

- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto);
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior).

(Descrição dos procedimentos de escolha e forma de atuação da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso e NDE, com base nos termos da OD do IFSul, observada também a Resolução CONAES nº 01/2010 no que tange à normatização do NDE).

(...)

## 13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

### 13.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica

Listagem dos professores de efetivo exercício no Curso, com suas respectivas titulações e regime de trabalho, com base nos indicadores constantes no Instrumento de Avaliação do Cursos de Graduação – INEP/MEC, além da referência ao Supervisor Pedagógico responsável pelo acompanhamento dos processos educativos desenvolvidos no Curso.

Nome	Disciplinas que leciona	Titulação/Universidade	Regime de trabalho
Prof. XXXX	XXXX	Graduação em... pela Universidade... Pós-Graduação em... Área de Concentração... pela Universidade...	DE, 40h, substituto, temporário

### 13.2 - Pessoal técnico-administrativo

Listagem dos servidores técnico-administrativos que atuam diretamente no Curso dando suporte ao pleno desenvolvimento das atividades educativas realizadas.

Nome	Titulação/Universidade
Prof. XXXX	Graduação em... pela Universidade... Pós-Graduação em... Área de Concentração... pela Universidade...

## 14 – INFRAESTRUTURA

Apresentação da infraestrutura implantada para a concretização da proposta formativa, tendo em vista as recomendações das DCN específicas do Curso e indicadores legais específicos para o atendimento do princípio de acessibilidade, com base nos indicadores constantes no Instrumento de Avaliação do Cursos de Graduação – INEP/MEC.

### 14.1 – Instalações e Equipamentos oferecidos aos Professores e Estudantes

Identificação	Área (m <sup>2</sup> )
Sala de x	x
Ferramentaria	x
Oficina de x	x
Laboratório de x	x
Sala da Coordenadoria	x
(...)	x
<b>TOTAL</b>	x

#### Laboratório de xx

Equipamentos: xx (xx) unidades

Destaques: xxxxx

### **Laboratório de xx**

Equipamentos: xx (xx) unidades

Destaques: xxxxx

## **14.2 – Infraestrutura de Acessibilidade**

(...)

## **14.3 – Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso**

(...)

## **ANEXOS**

## **Anexo I**

### **Regulamento de Estágio Profissional Supervisionado do Curso Superior de Graduação - Bacharelado em \_\_\_\_\_ (quando previsto)**



**Anexo II**

**Regulamento de Atividades Complementares do**

**Curso Superior de Graduação - Bacharelado em \_\_\_\_\_**

**(quando previstas)**

**Anexo III**  
**Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso**  
**Superior de Graduação - Bacharelado em \_\_\_\_\_**  
**(quando previsto)**

## Seção III – Engenharias

### Base legal:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96;
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura;
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia;
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância (Inep/março de 2015);
- Princípios norteadores das Engenharias nos Institutos Federais;
- Resolução CNE/CES nº 11/2002 (DCN dos Cursos de Engenharia);
- Portaria nº 4.059/2004;
- Resolução CONFEA nº 1.010/2005;
- Resolução CNE/CES nº 2/2007;
- Resolução CNE/CES nº 3/2007;
- Resolução CONAES nº 1/2010.

## Estrutura do documento:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CAMPUS \_\_\_\_\_

## **CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA**

---

Início: ano/semestre

Indicação do ano e semestre da 1ª oferta do Curso

## SUMÁRIO

1. Denominação
2. Vigência
3. Justificativa e objetivos
  - 3.1. Apresentação
  - 3.2. Justificativa
  - 3.3. Objetivos
4. Público alvo e requisitos de acesso
5. Regime de matrícula
6. Duração
7. Título
8. Perfil profissional e campo de atuação
  - 8.1. Perfil profissional
    - 8.1.1. Competências profissionais
  - 8.2. Campo de atuação
9. Organização curricular do curso
  - 9.1. Princípios metodológicos
  - 9.2. Prática profissional
    - 9.2.1. Estágio profissional supervisionado
    - 9.2.2. Estágio não obrigatório
  - 9.3. Atividades Complementares
  - 9.4. Trabalho de Conclusão de Curso
  - 9.5. Matriz curricular
  - 9.6. Matriz de disciplinas eletivas
  - 9.7. Matriz de disciplinas optativas
  - 9.8. Matriz de pré-requisitos
  - 9.9. Matriz de disciplinas equivalentes
  - 9.10. Matriz de componentes curriculares a distância
  - 9.11. Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia
  - 9.12. Flexibilidade curricular
  - 9.13. Política de formação integral do estudante
  - 9.14. Políticas de apoio ao estudante
  - 9.15. Políticas de ensino, pesquisa e extensão
10. Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores
11. Princípios e procedimentos de avaliação
  - 11.1. Avaliação da aprendizagem dos estudantes
  - 11.2. Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

- 12. Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão
- 13. Pessoal docente e técnico-administrativo
  - 13.1. Pessoal docente e supervisão pedagógica
  - 13.2. Pessoal técnico-administrativo
- 14. Infraestrutura
  - 14.1. Instalações e equipamentos oferecidos aos docentes e estudantes
  - 14.2. Infraestrutura de acessibilidade
  - 14.3. Infraestrutura de laboratórios específicos à área do curso
- 15. Anexos
  - I. Regulamento de estágio supervisionado (quando previsto)
  - II. Regulamento das atividades complementares (quando previstas)
  - III. Regulamento do trabalho de conclusão de curso (quando previsto)

## 1 – DENOMINAÇÃO

Curso Superior de Engenharia \_\_\_\_\_.

Indicação do nome do Curso, em conformidade com as denominações vigentes nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura e Referenciais Nacionais dos Cursos de Engenharia.

## 2 – VIGÊNCIA

Indicação do ano e semestre da primeira oferta do Curso, acrescentando a data de alteração do PPC, quando houver.

O Curso \_\_\_\_\_ passará a vigor a partir de XXXX/YY (mesmo ano e semestre da capa).

Durante a sua vigência, este projeto será avaliado com periodicidade \_\_\_\_\_ (semestral ou anual, conforme opção do Curso) pela instância colegiada, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

Tendo em vista as demandas de aperfeiçoamento identificadas pela referida instância ao longo de sua primeira vigência, o projeto passou por reavaliação, culminando em alterações que passaram a vigor a partir de AAAA/BB.

## 3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

### 3.1 – Apresentação

Caracterização do Projeto de Curso apresentado, anunciando, em linhas gerais, a delimitação da oferta no que se refere ao nível, tipo (engenharia) e modalidade, com breve indicação das particularidades curriculares (sequência curricular, eixos temáticos, perfil profissional pretendido, ênfases metodológicas, modalidade de articulação teoria/prática, etc) e da vinculação à identidade educativa da Instituição.

(...)

Os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos que consubstanciam este projeto de Curso são regidos pela Organização Didática do IFSul.

### 3.2 – Justificativa

Apresentação das evidências contextuais e institucionais que justificam a proposição de Curso na área específica, apresentando dados referentes aos arranjos produtivos locais e suas respectivas demandas, com indicação das fontes oficiais, demonstrando também a aderência do Curso ao perfil de oferta e à vocação educativa da Instituição.

Referência ao Plano Nacional de Educação (2014-2024), especialmente no que tange às Metas 12 e 13 que versam sobre a Educação Superior.

(...)

### 3.3 – Objetivos

Anúncio dos propósitos gerais do projeto de Curso, indicando qual a formação a ser alicerçada ao longo da trajetória curricular. Poderão ser divididos em propósitos gerais (Objetivos Gerais) e propósitos específicos (Objetivos Específicos), fazendo constar obrigatoriamente os Objetivos Gerais, tendo em vista a vocação institucional e o perfil de egresso preconizado pelas DCN do respectivo curso. Os **Objetivos Gerais** expressam o que se quer alcançar a longo prazo, ultrapassando, inclusive, o tempo de duração do Curso, enquanto que os **Objetivos Específicos** assinalam as ações e estratégias a serem concretizadas no desenvolvimento curricular, visando ao alcance do(s) Objetivo(s) Geral(is).

(...)

### 4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Especificação da escolaridade mínima exigida para o ingresso no Curso, além da(s) modalidade(s) de seleção prevista(s) para o acesso.

Para ingressar no Curso \_\_\_\_\_, os candidatos deverão ter concluído \_\_\_\_\_ ou equivalente.

O processo seletivo para ingresso no Curso dar-se-á exclusivamente pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC.

### 5 - REGIME DE MATRÍCULA

Indicação das formas e periodicidade previstas para a organização da oferta curricular e para o regime de matrícula.

Regime do Curso	Anual / Semestral
Regime de Matrícula	Série / Módulo / Disciplina
Regime de Ingresso	Anual / Semestral /Final do Curso
Turno de Oferta	Manhã e/ou Tarde e/ou Noite (conforme PDI)
Número de vagas	Conforme planilha de oferta de vagas do PDI

### 6 – DURAÇÃO

Indicação da duração do Curso e das cargas horárias (horas relógio) para composição da formação, em conformidade com as DCN para os Cursos de Engenharia (Res. CNE/CES nº 11/2002).



Duração do Curso	X semestres ou X anos
Prazo máximo de integralização	o dobro da duração mínima prevista para o Curso
Carga horária em disciplinas obrigatórias	X h
Carga horária em disciplinas eletivas ( <u>obrigatória</u> , correspondendo ao conjunto de disciplinas escolhidas pelo estudante dentre um rol de disciplinas ofertadas pelo Curso, <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pelas DCN para os Cursos de Engenharia)	X h
Estágio Profissional Supervisionado ( <u>conforme opção</u> do Curso, com carga horária <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pelas DCN para os Cursos de Engenharia)	X h
Atividades Complementares ( <u>obrigatórias</u> , <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pelas DCN para os Cursos de Engenharia)	X h
Trabalho de Conclusão de Curso (obrigatório, com carga horária <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pelas DCN para os Cursos de Engenharia)	X h
<b>Carga horária total mínima do Curso (CH disciplinas obrigatórias + CH disciplinas eletivas + CH atividades complementares + CH estágio supervisionado + CH TCC)</b>	X h (Mínimo $\geq 3600h$ , sendo 30% correspondente ao Núcleo de Conteúdos Básicos, 15% ao Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes e 55% ao Núcleo de Conteúdos Específicos)
<b>Carga horária total do Curso (CH disciplinas obrigatórias + CH disciplinas eletivas + CH atividades complementares + CH estágio supervisionado + CH TCC)</b>	X h
Optativas ( <u>conforme opção</u> do Curso, correspondendo ao conjunto de disciplinas escolhidas pelo estudante dentre um rol de disciplinas ofertadas pelo Curso <b>para além da carga horária mínima</b> do Curso)	X h

## 7 – TÍTULO

Indicação do título concedido ao estudante concluinte, em conformidade com os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura e com a Resolução CONFEA Nº 1.010/2005.

Após a integralização da carga horária total do Curso, incluindo atividades complementares, estágio supervisionado e TCC, o estudante receberá o diploma de **Engenheiro** \_\_\_\_\_ (mesmo nome da capa).

(Para Cursos binacionais, observar a designação de título prevista em cada país).

## **8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO**

Descrição do perfil do egresso, com base nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, Referenciais Nacionais dos Cursos de Engenharia e Resoluções do CONFEA para a discriminação de atividades dos egressos de cada Engenharia, bem como no Projeto Pedagógico Institucional. Explicitação dos principais conhecimentos técnico-científicos, competências profissionais e posturas ético-sociais esperadas do estudante após a conclusão do Curso, bem como das principais atividades que desempenhará em seu exercício profissional. Indicação dos possíveis espaços de atuação profissional, enfatizando aqueles especialmente requeridos pelos arranjos produtivos locais.

### **8.1 Perfil profissional**

O perfil profissional do egresso do Curso contempla o domínio de (...)

Na atuação deste profissional, destacam-se as seguintes atividades:

(...)

#### **8.1.1 Competências profissionais**

A proposta pedagógica do Curso estrutura-se para que o estudante venha a consolidar, ao longo de sua formação, as capacidades de:

(...)

### **8.2 Campo de atuação**

O egresso do Curso estará apto a atuar (...)

## 9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### 9.1 Princípios metodológicos

Anúncio dos principais indicadores da ação pedagógica no âmbito do curso, tendo em vista os compromissos sociais e pedagógicos assumidos no Projeto Pedagógico Institucional, enfatizando as estratégias problematizadoras, as práticas interdisciplinares, o uso de TICs no processo de ensino e aprendizagem, além das modalidades de operacionalização do princípio curricular da flexibilidade e outros indicadores pedagógicos expressos nas DCNs do Curso.

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta de Cursos de Engenharia, o processo de ensino-aprendizagem privilegiado pelo Curso Superior de Engenharia \_\_\_\_\_ contempla estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos Cursos Superiores de Graduação do IF Sul, profundamente comprometidos com a inclusão social, por meio da verticalização do ensino, visando a inserção qualificada dos egressos no mercado de trabalho e ao exercício pleno da cidadania.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiem: (destacar as modalidades operacionais privilegiadas pelo Curso para implantar os princípios metodológicos de problematização, interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade e uso de TIC's na educação, dentre outros princípios destacados no Projeto Pedagógico Institucional e nas DCN do Curso)

(...)

## 9.2 - Prática profissional

Descrição da concepção de Prática Profissional adotada pelo Curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Engenharia), apresentando-a como princípio pedagógico intrínseco ao currículo, integrando as cargas horárias mínimas do curso, enfatizando a obrigatoriedade de atividades de laboratório nas disciplinas de Química, Física e Informática, conforme previsão das DCN.

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, o Curso privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional da área de atuação técnica, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os estudantes atuam.

Nesse sentido, a prática profissional figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais.

Em consonância com esses princípios, a prática profissional no Curso Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_ traduz-se curricularmente por meio de (...)

### 9.2.1 - Estágio profissional supervisionado

Síntese da concepção de estágio expressa na Organização Didática e no Regulamento de Estágio do IF Sul, caracterizando-o como ato educativo e distinguindo-o quanto às suas formas de oferta no âmbito do Curso (obrigatório, com carga horária mínima de 160h, e não obrigatório). Referência ao Regulamento de Estágio específico do Curso, incluído em anexo.

Conforme a descrição da Organização Didática e do Regulamento de Estágio do IF Sul, o estágio caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

Nessa perspectiva, transcende o nível do treinamento profissional, constituindo-se como ato acadêmico intencionalmente planejado, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

A matriz curricular do Curso Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_ contempla o estágio obrigatório (Estágio Supervisionado) integrando a carga horária mínima estabelecida para o Curso, tendo em vista a proposta de formação e a natureza das áreas de atuação profissional do egresso, cujas atividades demandam o desenvolvimento de (...listar as competências especialmente favorecidas pelo estágio supervisionado).

O Estágio Supervisionado terá duração mínima de 160 horas, podendo ser realizado a partir do (xx) período letivo.

A modalidade operacional do Estágio Supervisionado no Curso encontra-se descrita no Regulamento de Estágio do Curso Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_ (Anexo I).

### 9.2.2 Estágio não obrigatório

Descrição da forma de oferta de estágio não obrigatório, em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFSul, destacando os procedimentos acadêmicos adotados pelo Curso para o acompanhamento e validação desta atividade formativa opcional.

No Curso Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_ prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se normatizada no regulamento de estágio do IFSul.

(...)

### 9.3 Atividades Complementares

Caracterização da oferta obrigatória de Atividades Complementares na composição do itinerário formativo do estudante, englobando ensino, pesquisa e extensão, apresentando sua concepção, objetivos e modalidade operacional no âmbito do Curso.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

O Curso Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_ prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares com o objetivo de (...).

As Atividades Complementares, como modalidades de enriquecimento da qualificação acadêmica e profissional dos estudantes, objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática e estimular a educação continuada dos egressos do Curso, conforme estabelecido na organização didática do IFSul.

Cumprindo com a função de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no Curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

A modalidade operacional adotada para a oferta de Atividades Complementares no Curso encontra-se descrita no Regulamento de Atividades Complementares do Curso Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_ (Anexo II).

#### **9.4 Trabalho de Conclusão de Curso**

Indicação da obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso na estrutura curricular, caracterizando-o como atividade favorável à consolidação do perfil do egresso. Explicitação dos objetivos, da modalidade acadêmica da atividade, bem como do período curricular destinado à sua realização, podendo ser desenvolvido sob a forma de monografia, projeto, análise de casos, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outros, de acordo com a natureza da área profissional e os objetivos do curso.

Considerando a natureza da área profissional e a concepção curricular do curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de Curso no formato de (especificar a modalidade: projeto, protótipo, monografia, etc) como forma de favorecer os seguintes princípios educativos:

(...)

Para assegurar a consolidação dos referidos princípios, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática, e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_ (Anexo III).

### **9.5 Matriz curricular**

Descrição da estrutura curricular do Curso, explicitando a distribuição e encadeamento de disciplinas correspondentes aos Núcleos de Conteúdo indicados nas DCN das Engenharias (Núcleo de Conteúdos Básicos [N1], Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes [N2] e Núcleo de Conteúdos Específicos [N3]).

A matriz curricular deverá ser apresentada como arquivo em anexo ao PPC.

MEC/SETEC INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE										A PARTIR DE ANO/período
LOGO IFSUL		Curso Superior de Graduação em Engenharia								
MATRIZ CURRICULAR Nº										CAMPUS NOME
SEMESTRES ou ANOS		CÓDIGO	DISCIPLINAS	N1	N2	N3	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL	
	I SEMESTRE ou ANO									
				SUBTOTAL						
	II SEMESTRE ou ANO									
				SUBTOTAL						
	III SEMESTRE ou ANO									
				SUBTOTAL						
SUBTOTAL GERAL										
CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS – A										
CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS ELETIVAS (quando previstas) – B										
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (quando previsto) - C										
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (quando previstas) – D										
ESTAGIO CURRICULAR (quando previsto) – E										
CARGA HORÁRIA TOTAL (A+B+C+D+E)										
CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS (quando previstas) - F										

HORA AULA = 45 MINUTOS.

DESENVOLVIMENTO DE CADA SEMESTRE EM 20 SEMANAS.

Observações:

- As cargas horárias de A, B, C, D e E poderão ser contabilizadas dentro da carga horária mínima estabelecida pelas DCN.
- Ao lado de cada disciplina deverá ser marcada a prevalência de subordinação aos Núcleos formativos previstos no Art.7 da Res. CNE/CES nº 11/2002, a saber:
  - Núcleo de Conteúdos Básicos-NCB - (N1) – cerca de 30% da CH mínima
  - Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes (NCP) - (N2) – cerca de 15% da CH mínima
  - Núcleo de Conteúdos Específicos (NCE) - (N3)



### 9.6 Matriz de disciplinas eletivas (quando houver)

MATRIZ DE DISCIPLINAS ELETIVAS (quando previstas)				
Curso Superior de Graduação em Engenharia			CAMPUS NOME	
CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL

### 9.7 Matriz de disciplinas optativas (quando houver)

MATRIZ DE DISCIPLINAS OPTATIVAS (quando previstas)				
Curso Superior de Graduação em Engenharia			CAMPUS NOME	
CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL

### 9.8 Matriz de pré-requisitos (quando houver)

MEC/SETEC INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE						A PARTIR DE ANO/período	
LOGO IFSUL		Curso Superior de Graduação em Engenharia					CAMPUS NOME
		MATRIZ DE PRÉ-REQUISITOS					
SEMESTRES ou ANOS		CÓDIGO	DISCIPLINAS	CÓDIGO	DISCIPLINAS		
	I SEMESTRE ou ANO						
	II SEMESTRE ou ANO						

(...)

## 9.9 Matriz de disciplinas equivalentes (quando houver)

Listagem das disciplinas existentes ou previstas em outras grades ou outros Cursos que sejam equivalentes às propostas na matriz atual. Deverá constar este item quando se tratar de mudanças curriculares de Cursos que já estejam em funcionamento ou quando já se vislumbra a possibilidade de o estudante mudar de Curso. Casos típicos de alterações curriculares são: a substituição de disciplinas por outras com ementas similares; a divisão ou o agrupamento de disciplinas; a alteração de cargas horárias de disciplinas. Pode-se combinar disciplinas prevendo condições lógicas de combinações entre elas.

MATRIZ DE EQUIVALÊNCIA / SUBSTITUIÇÃO								
CAMPUS NOME								
Curso Superior de Graduação em Engenharia				→ ← ↔	Curso Superior de Graduação em Engenharia			
Matriz Nº/Vigência					Matriz Nº/Vigência			
Disciplina	Código	Período Letivo	CH		CH	Período Letivo	Código	Disciplina

### ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA MATRIZ:

Disciplina(s) que irá(ão) substituir (CH =/>)	→	Disciplina(s) que será(ão) substituída(s) (CH =/<)
Disciplina(s) que será(ão) substituída(s) (CH =/<)	←	Disciplina(s) que irá(ão) substituir (CH =/>)
Disciplinas com CH =, que se equivalem	↔	Disciplinas com CH =, que se equivalem

# É necessário que a disciplina que irá substituir tenha carga horária (CH) igual (=) ou maior (>) que a disciplina que será substituída.

# Uma disciplina pode substituir duas ou mais disciplinas desde que a sua carga horária (CH) seja igual (=) ou maior (>) do que a soma das cargas horárias (CH) a serem substituídas.

# Duas ou mais disciplinas podem substituir uma disciplina desde que a soma de suas cargas horárias (CH) seja igual (=) ou maior (>) do que a carga horária (CH) da disciplina substituída.

# Só é necessário constar na Matriz de Equivalência/Substituição disciplinas com códigos diferentes entre si. Disciplinas com o mesmo código já possuem equivalência no sistema acadêmico do IFSul.

### 9.10 Matriz de componentes curriculares a distância (quando houver)

Apresentação da Matriz de disciplinas ofertadas a distância, respeitados os dispositivos do Decreto Nº 5.622/2005 e da Portaria nº 4.059/2004, e em conformidade com a regulamentação institucional para oferta de componentes curriculares a distância.

Matriz de disciplinas ofertadas a distância			
Curso Superior de Graduação em Engenharia _____			
Vigência: a partir de [ano]/[semestre]		Carga horária total do curso: [número] h	
Carga horária total em disciplinas a distância: [número]h		Percentual a distância: [igual ou inferior a 20%]	
Rol de disciplinas na modalidade a distância (oferta semi-presencial)			
Disciplina	Código	Carga horária total	Carga horária a distância

### 9.11 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia

Apresentação dos programas das disciplinas, em conformidade com o perfil de egresso delimitado para o Curso, indicando ementa (Orientação Normativa nº 001/2010), conteúdos, bibliografia básica (3 títulos) e bibliografia complementar (5 títulos). Todos os programas de disciplina devem ser inseridos como anexos do PPC, em arquivos separados.

#### 9.11.1 Primeiro período letivo

DISCIPLINA: [Nome oficial da disciplina]	
Vigência: a partir de [ano]/[semestre]	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: [número] h	Código: [ver sistema acadêmico]
Ementa: [conforme Orientação Normativa nº 001/2010 (disponível no sítio do IFSul no caminho Ensino/Modelos de documentos/Orientação Normativa nº001/2010-ementas)].	

## **Conteúdos**

UNIDADE I – Título da unidade I

1.1 Título de subunidade de nível 1

1.1.1 Título de subunidade de nível 2

1.1.2 Título de subunidade de nível 2

1.2 Título da subunidade de nível 1

1.3 Título da subunidade de nível 1

UNIDADE II – Título da unidade I

2.1 Título de subunidade de nível 1

(...)

## **Bibliografia básica**

[SOBRENOME, Nome. Título do livro. Edição. Cidade: Editora, Ano.]

## **Bibliografia complementar**

[SOBRENOME, Nome. Título do livro. Edição. Cidade: Editora, Ano.]

### **9.11.2 Segundo período letivo**

(...)

### **9.11.3 Terceiro período letivo**

(...)

### 9.12 Flexibilidade curricular

Apresentação da concepção e das modalidades de flexibilização adotadas pelo Curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Engenharia.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

O Curso Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_ implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação educacional, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em (listar atividades complementares, disciplinas eletivas e/ou optativas, programas de extensão, organização por módulos com terminalidade específica, participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, estágios não obrigatórios, tutorias acadêmicas, oferta de componentes curriculares na modalidade EaD, dentre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao Curso), dentre outras experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

### 9.13 Política de formação integral do estudante

Especificação de como o Curso implementa, na sua organização curricular, temas como ética; meio ambiente; inclusão social; raciocínio lógico; redação de documentos técnicos; atenção a normas técnicas e de segurança; capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade; estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora; integração com o mundo de trabalho.

(...)

### 9.14 Políticas de apoio ao estudante

Descrição das principais políticas de apoio ao desenvolvimento do estudante implementadas pelo IFSul e das estratégias especificamente adotadas pelo Curso.

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

...

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

(...)

- Aulas de reforço;
- Oficinas especiais para complementação de estudos;

### 9.15 Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão

Descrição das estratégias adotadas no âmbito do Curso para a implementação das políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão previstas no IFSul, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional.

(...)

## 10 - CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES

Apresentação da concepção, base legal e regramento operacional adotado pelo IFSul para cumprir o dispositivo do aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores no âmbito da Educação Superior.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

Em consonância com as finalidades e princípios da Educação Superior expressos na LDB nº 9.394/96, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico ou tecnológico ou, ainda, regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Superior;
- em Cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos Superiores de Graduação, mediante avaliação do estudante;
- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em Cursos de Educação Profissional inicial e continuada, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regido operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria/Chefia de Ensino do Campus.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

Os procedimentos necessários à abertura e desenvolvimento do processo de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho encontram-se detalhados na Organização Didática do IFSul.

## **11– PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO**

Descrição da concepção e procedimentos de avaliação da aprendizagem dos estudantes e do Projeto de Curso adotados pelo IFSul, apresentando também as particularidades operacionais do Curso.

### **11.1 Avaliação da aprendizagem dos estudantes**

A avaliação no IFSul é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como (listar as principais formas de avaliação desenvolvidas no Curso, tais como trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina).

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do IFSul, e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.



## 11.2 Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso

Listagem das instâncias e modalidades de avaliação da proposta formativa delimitada no PPC.

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante, em articulação com o Colegiado de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa, o Curso Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_ levanta dados sobre a realidade curricular por meio de (...)

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

## 12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO

Apresentação das diferentes instâncias responsáveis pela discussão e deliberações sobre temas relevantes para a consolidação das políticas institucionais e opções curriculares no âmbito do Curso.

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
- Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;

- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto);
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior).

(Descrição dos procedimentos de escolha e forma de atuação da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso e NDE, com base nos termos da OD do IFSul).

(...)

## 13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

### 13.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica

Listagem dos professores de efetivo exercício no Curso, com suas respectivas titulações e regime de trabalho, além da referência ao Supervisor Pedagógico responsável pelo acompanhamento dos processos educativos desenvolvidos no Curso.

Nome	Disciplinas que leciona	Titulação/Universidade	Regime de trabalho
Prof. XXXX	XXXX	Graduação em... pela Universidade... Pós-Graduação em... Área de Concentração... pela Universidade...	DE, 40h, substituto, temporário

### 13.2 - Pessoal técnico-administrativo

Listagem dos servidores técnico-administrativos que atuam diretamente no Curso dando suporte ao pleno desenvolvimento das atividades educativas realizadas.

Nome	Titulação/Universidade
Prof. XXXX	Graduação em... pela Universidade... Pós-Graduação em... Área de Concentração... pela Universidade...

## 14 – INFRAESTRUTURA

Apresentação da infraestrutura implantada para a concretização da proposta formativa, tendo em vista as recomendações das DCN para os Cursos de Engenharia, dos Referenciais Nacionais dos Cursos de Engenharia e indicadores legais específicos para o atendimento do princípio de acessibilidade.

### 14.1 – Instalações e Equipamentos oferecidos aos Professores e Estudantes

Identificação	Área (m <sup>2</sup> )
Sala de x	x
Ferramentaria	x
Oficina de x	x
Laboratório de x	x
Sala da Coordenadoria	x
(...)	x
<b>TOTAL</b>	x

#### Laboratório de xx

Equipamentos: xx (xx) unidades

Destaques: xxxxx

#### Laboratório de xx

Equipamentos: xx (xx) unidades

Destaques: xxxxx

## **14.2 – Infraestrutura de Acessibilidade**

(...)

## **14.3 – Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso**

(...)

## **ANEXOS**

## **Anexo I**

### **Regulamento de Estágio Profissional Supervisionado do Curso Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_ (quando previsto)**

**Anexo II**  
**Regulamento de Atividades Complementares do**  
**Curso Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_**  
**(quando previstas)**

**Anexo III**  
**Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso**  
**Superior de Graduação em Engenharia \_\_\_\_\_**  
**(quando previsto)**



## Seção IV – Licenciaturas

### Base legal:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96;
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura;
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância (Inep/março de 2015);
- Parecer CNE/CP nº 9/2001;
- Parecer CNE/CP nº 28/2001;
- Resolução CNE/CP nº 1/2002;
- Resolução CNE/CP nº 2/2002;
- Portaria nº 4.059/2004;
- Parecer CNE/CES nº 15/2005;
- Resolução CNE/CP nº 1/2006;
- Resolução CNE/CES nº 3/2007;
- Decreto nº 6.755/2009;
- Resolução CONAES nº 01/2010;
- Lei nº 12.796/2013;
- Lei nº 13.005/2014;
- Parecer CNE/CP nº 2/2015;
- Resolução CNE/CP nº 2/2015.

## Estrutura do documento:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CAMPUS \_\_\_\_\_

**CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM \_\_\_\_\_**

Início: ano/semestre

Indicação do ano e semestre da 1ª oferta do Curso

## SUMÁRIO

1. Denominação
2. Vigência
3. Justificativa e objetivos
  - 3.1. Apresentação
  - 3.2. Justificativa
  - 3.3. Objetivos
4. Público alvo e requisitos de acesso
5. Regime de matrícula
6. Duração
7. Título
8. Perfil profissional e campo de atuação
  - 8.1. Perfil profissional
    - 8.1.1. Competências profissionais
  - 8.2. Campo de atuação
9. Organização curricular do curso
  - 9.1. Princípios metodológicos
  - 9.2. Prática profissional
    - 9.2.1. Estágio profissional supervisionado
    - 9.2.2. Estágio não obrigatório
  - 9.3. Atividades Complementares
  - 9.4. Trabalho de Conclusão de Curso
  - 9.5. Matriz curricular
  - 9.6. Matriz de disciplinas eletivas
  - 9.7. Matriz de disciplinas optativas
  - 9.8. Matriz de pré-requisitos
  - 9.9. Matriz de disciplinas equivalentes
  - 9.10. Matriz de componentes curriculares a distância
  - 9.11. Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia
  - 9.12. Flexibilidade curricular
  - 9.13. Política de formação integral do estudante
  - 9.14. Políticas de apoio ao estudante
  - 9.15. Políticas de ensino, pesquisa e extensão
10. Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores
11. Princípios e procedimentos de avaliação
  - 11.1. Avaliação da aprendizagem dos estudantes

- 11.2. Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso
- 12. Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão
- 13. Pessoal docente e técnico-administrativo
  - 13.1. Pessoal docente e supervisão pedagógica
  - 13.2. Pessoal técnico-administrativo
- 14. Infraestrutura
  - 14.1. Instalações e equipamentos oferecidos aos docentes e estudantes
  - 14.2. Infraestrutura de acessibilidade
  - 14.3. Infraestrutura de laboratórios específicos à área do curso
- 15. Anexos
  - I. Regulamento de estágio supervisionado (quando previsto)
  - II. Regulamento das atividades complementares (quando previstas)
  - III. Regulamento do trabalho de conclusão de curso (quando previsto)

## 1 – DENOMINAÇÃO

Curso Superior de Graduação – Licenciatura em \_\_\_\_\_.

Indicação do nome do Curso, em conformidade com as denominações vigentes nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura.

## 2 – VIGÊNCIA

Indicação do ano e semestre da primeira oferta do Curso, acrescentando a data de alteração do PPC, quando houver.

O Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_ passará a vigor a partir de XXXX/YY (mesmo ano e semestre da capa).

Durante a sua vigência, este projeto será avaliado com periodicidade \_\_\_\_\_ (semestral ou anual, conforme opção do Curso) pela instância colegiada, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

Tendo em vista as demandas de aperfeiçoamento identificadas pela referida instância ao longo de sua primeira vigência, o projeto passou por reavaliação, culminando em alterações que passaram a vigor a partir de AAAA/BB.

## 3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

### 3.1 – Apresentação

Caracterização do Projeto de Curso apresentado, anunciando, em linhas gerais, a delimitação da oferta no que se refere ao nível, tipo (licenciatura) e modalidade, com breve indicação das particularidades curriculares (sequência curricular, eixos temáticos, perfil profissional pretendido, ênfases metodológicas, modalidade de articulação teoria/prática, etc) em conformidade com os preceitos da Res. CNE/CP Nº 2/2015, e da vinculação à identidade educativa da Instituição.

(...)

Os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos que consubstanciam este projeto de Curso são regidos pela Organização Didática do IFSul.

### 3.2 – Justificativa

Apresentação das evidências contextuais e institucionais que justificam a proposição de Curso na área específica, apresentando dados referentes aos arranjos produtivos locais e suas respectivas demandas, com indicação das fontes oficiais, demonstrando também a aderência do Curso ao perfil de oferta e à vocação educativa da Instituição.

Referência à Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto Nº 6.755/2009), explicitando a vinculação aos seus princípios e objetivos e aos Planos Estratégicos formulados pelo Fórum Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, com base nos dados do censo escolar da educação básica, bem como ao Plano Nacional de Educação (2014-2024), especialmente no que tange às Metas 15, 16, 17 e 18 que versam sobre a formação inicial e continuada de professores.

(...)

### 3.3 – Objetivos

Anúncio dos propósitos gerais do projeto de Curso, indicando qual a formação a ser alicerçada ao longo da trajetória curricular. Poderão ser divididos em propósitos gerais (Objetivos Gerais) e propósitos específicos (Objetivos Específicos), fazendo constar obrigatoriamente os Objetivos Gerais, tendo em vista a vocação institucional e o perfil de egresso preconizado pelas DCN para Formação Inicial e Continuada de Professores (Res. CNE/CP Nº 2/2015) no caso das Licenciaturas em geral ou pela Res. CNE/CP Nº 1/2006, em se tratando de Curso de Licenciatura em Pedagogia. Os **Objetivos Gerais** expressam o que se quer alcançar a longo prazo, ultrapassando, inclusive, o tempo de duração do Curso, enquanto que os **Objetivos Específicos** assinalam as ações e estratégias a serem concretizadas no desenvolvimento curricular, visando ao alcance do(s) Objetivo(s) Geral(is).

(...)

## 4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Especificação da escolaridade mínima exigida para o ingresso no Curso, além da(s) modalidade(s) de seleção prevista(s) para o acesso.

Para ingressar no Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_, os candidatos deverão ter concluído \_\_\_\_\_ ou equivalente.

O processo seletivo para ingresso no Curso dar-se-á exclusivamente pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC.

## 5 - REGIME DE MATRÍCULA

Indicação das formas e periodicidade previstas para a organização da oferta curricular e para o regime de matrícula.

Regime do Curso	Anual / Semestral
Regime de Matrícula	Série / Módulo / Disciplina
Regime de Ingresso	Anual / Semestral /Final do Curso
Turno de Oferta	Manhã e/ou Tarde e/ou Noite (conforme PDI)
Número de vagas	Conforme planilha de oferta de vagas do PDI

## 6 – DURAÇÃO

Indicação da duração do Curso e das cargas horárias (horas relógio) para composição do itinerário formativo, em conformidade com as Diretrizes Curriculares para Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica (Res. CNE/CP nº 2/2015) no caso das Licenciaturas em geral ou pela Res. CNE/CP Nº 1/2006, em se tratando de Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Duração do Curso	X semestres ou X anos
Prazo máximo de integralização	o dobro da duração mínima prevista para o Curso
Carga horária em atividades acadêmicas (sendo 400h de prática como componente curricular e 2200h de atividades formativas estruturadas pelos Núcleos definidos na Res. CNE/CP nº 2/2015, observando-se o quantitativo de 1/5 destinado à dimensão pedagógica nas Licenciaturas em geral e a preponderância desta dimensão em se tratando de Cursos de Pedagogia, podendo incluir disciplinas eletivas e Trabalho de Conclusão de Curso e incluindo a disciplina de Libras como componente curricular obrigatório, conforme Decreto 5626/2005 e Resolução IFSul nº 130/2014.	CH mínima – 2600h (Licenciaturas em geral) CH mínima – 2800h (Licenciatura em Pedagogia)
Carga horária em disciplinas eletivas (conforme opção do curso, correspondendo ao conjunto de disciplinas escolhidas pelo estudante dentre um rol de disciplinas ofertadas pelo Curso, <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pelas DCN)	X h
Estágio Profissional Supervisionado (obrigatório, com carga horária mínima de 400h nas Licenciaturas em Geral e 300h nos Cursos de Pedagogia, <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pelas DCN)	CH mínima – 400h (Licenciaturas em geral) CH mínima – 300h (Pedagogia)

Atividades Complementares (obrigatórias, compreendendo 200h mínimas correspondentes ao Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular (Res. CNE/CP Nº 2/2015) e 100h nos Cursos de Pedagogia <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pelas DCN)	CH mínima – 200h (Licenciaturas em geral) 100h nos Cursos de Pedagogia
Trabalho de Conclusão de Curso (conforme opção do Curso, com carga horária <b>integrando a CH total mínima</b> estabelecida pelas DCN)	X h
<p><b><u>Carga horária total do Curso =</u></b></p> <p><b>Licenciaturas em geral:</b> CH atividades acadêmicas (2600h, incluindo as 2200h de atividades formativas vinculadas aos Núcleos, podendo abarcar eletivas e TCC + 400h de prática como componente curricular ) + CH de estágio profissional supervisionado (400h) + CH de atividades complementares (200h)</p> <p><b>Licenciatura em Pedagogia:</b> CH atividades acadêmicas (2800h de atividades formativas vinculadas aos Núcleos, podendo abarcar eletivas e TCC + CH de estágio profissional supervisionado (300h) + CH de atividades complementares (100h)</p>	<p>CH mínima (Res. CNE/CP nº 2/2015) – 3200h (Licenciaturas em geral)</p> <p>CH mínima (Res. CNE/CP nº 1/2006) – 3200h (Licenciatura em Pedagogia)</p>
Prática como componente curricular (obrigatória -Res. CNE/CP Nº 2/2015 – perfazendo 400h distribuídas ao longo do processo formativo. Para os Cursos de Licenciatura em Pedagogia, não há previsão de CH específica para a Prática, por concebê-la como intrínseca a todos os Componentes curriculares (Res. CNE/CP Nº 1/2006)	CH mínima – 400h Res. CNE/CP Nº 2/2015 (Licenciaturas em geral)
Optativas (conforme opção do Curso, correspondendo ao conjunto de disciplinas escolhidas pelo estudante dentre um rol de disciplinas ofertadas <b>para além da carga horária mínima</b> do Curso)	h

## 7 – TÍTULO

Indicação do título concedido ao estudante concluinte, em conformidade com os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura.

Após a integralização da carga horária total do Curso, incluindo prática como componente curricular, atividades complementares, estágio supervisionado e TCC (quando previsto), o estudante receberá o diploma de **Licenciado em** \_\_\_\_\_ (mesmo nome da capa).

(Para Cursos binacionais, observar a designação de título prevista em cada país).



## **8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO**

Descrição do perfil do egresso, com base nas Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica (Res. CNE/CP Nº 2/2015) ou na Resolução CNE/CP Nº1/2006 (para Cursos de Licenciatura em Pedagogia) e nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, bem como no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Explicitação dos principais conhecimentos técnico-científicos, competências profissionais e posturas ético-sociais esperadas do estudante após a conclusão do Curso, bem como das principais atividades que desempenhará em seu exercício profissional. Indicação dos possíveis espaços de atuação profissional, enfatizando aqueles especialmente requeridos pelos arranjos produtivos locais.

### **8.1 Perfil profissional**

O perfil profissional do egresso do Curso contempla o domínio de (...)

Na atuação deste profissional, destacam-se as seguintes atividades:

(...)

#### **8.1.1 Competências profissionais**

Capacidades profissionais demonstradas pelo egresso, a partir da mobilização e integração de aptidões pessoais, vivências profissionais, além de conhecimentos e habilidades desenvolvidas pelo estudante ao longo de seu itinerário formativo.

A proposta pedagógica do Curso estrutura-se para que o estudante venha a consolidar, ao longo de sua formação, as capacidades de:

(...)

### **8.2 Campo de atuação**

O egresso do Curso estará apto a atuar (...)

## **9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

## 9.1 Princípios metodológicos

Anúncio dos principais indicadores da ação pedagógica no âmbito do curso, tendo em vista os compromissos sociais e pedagógicos assumidos no Projeto Pedagógico Institucional, enfatizando as estratégias problematizadoras, as práticas interdisciplinares, o uso de TICs no processo de ensino e aprendizagem, além das modalidades de operacionalização do princípio curricular da flexibilidade e outros indicadores pedagógicos expressos nas DCN para Formação de Professores da Educação Básica ou das DCN para a Licenciatura em Pedagogia, com especial destaque à articulação teoria/prática.

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta de Cursos de Licenciatura, o processo de ensino-aprendizagem privilegiado pelo Curso de Licenciatura em (...) contempla estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área científica específica e demais saberes atrelados à formação geral e pedagógica do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente aos seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos Cursos de Licenciatura do IFSul, comprometidos com a inclusão social e com a qualificação da educação básica por meio da formação de professores com domínio de múltiplos saberes, visando contribuir com a reversão dos índices de desempenho escolar ainda insatisfatórios dos estudantes do ensino fundamental e médio no país.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiem (destacar as modalidades operacionais privilegiadas pelo Curso para implantar os princípios metodológicos de problematização, interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade, uso de TIC's na educação, articulação teoria/prática, dentre outros princípios destacados no Projeto Pedagógico Institucional e nas DCN para Formação de Professores da Educação Básica ou nas DCN para Licenciatura em Pedagogia)

(...)

## 9.2 - Prática profissional

Descrição da concepção de Prática Profissional adotada pelo Curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial em Nível Superior e Formação Continuada de Professores ou das DCN para Licenciatura em Pedagogia, apresentando-a como princípio pedagógico intrínseco a todas as disciplinas, além da oferta como componente curricular no caso das Licenciaturas em geral, perfazendo um total de 400h mínimas.

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, o Curso privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os estudantes atuam.

Nesse sentido, a prática figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais, com ênfase no domínio dos princípios didáticos-pedagógicos indispensáveis ao ofício docente.

No Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_, a prática como componente curricular corresponde a um total de (...) horas, correspondendo às disciplinas de (...).

### **9.2.1 - Estágio profissional supervisionado**

Síntese da concepção de estágio expressa na Organização Didática e no Regulamento de Estágio do IFSul, caracterizando-o como ato educativo e distinguindo-o quanto às suas formas de oferta no âmbito do Curso (obrigatório, com carga horária mínima de 400h nas Licenciaturas em geral e 300h na Licenciatura em Pedagogia, e não obrigatório). Referência ao Regulamento de Estágio específico do Curso, incluído em anexo.

Conforme a descrição da Organização Didática e do Regulamento de Estágio do IFSul, o estágio caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e de aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

Nessa perspectiva, transcende o nível do treinamento profissional, constituindo-se como ato acadêmico intencionalmente planejado, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

A matriz curricular do Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_ contempla o estágio obrigatório (Estágio Supervisionado) integrando a carga horária mínima estabelecida para o Curso, a ser realizando em (especificar os espaços educacionais em que se desenvolverão as atividades de estágio) tendo em vista a proposta de formação e a natureza da área de atuação profissional do egresso, cujas atividades demandam o desenvolvimento de (listar as competências especialmente favorecidas pelo estágio supervisionado).

O Estágio Supervisionado terá duração mínima de 400 horas (no caso das Licenciaturas em Geral) / 300h (Licenciatura em Pedagogia), podendo ser realizado a partir do (xx) período letivo.

A modalidade operacional do Estágio Supervisionado no Curso encontra-se descrita no Regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_ (Anexo I).

Em consonância com a Res. CNE/CP nº 2/2002, prevê-se a redução de 200h (exclusivamente nas Licenciaturas em geral, não se aplicando aos cursos de Licenciatura em Pedagogia) para estudantes que exerçam docência na educação básica, conforme critérios especificados no referido Regulamento.

### 9.2.2 Estágio não obrigatório

Descrição da forma de oferta de estágio não obrigatório, em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFSul, destacando os procedimentos acadêmicos adotados pelo Curso para o acompanhamento e validação desta atividade formativa opcional.

No Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_ prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se normatizada no regulamento de estágio do IFSul.

(...)

### 9.3 Atividades Complementares

Caracterização da oferta obrigatória de Atividades Complementares na composição do itinerário formativo do estudante, englobando ensino, pesquisa e extensão, apresentando sua concepção, objetivos e modalidade operacional no âmbito do Curso.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

O Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_ prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares com o objetivo de (...).

As Atividades Complementares, como modalidades de enriquecimento da qualificação acadêmica e profissional dos estudantes, vinculam-se ao “Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular” apontado na Resolução CNE/CP Nº 2/2015 ou ao “Núcleo de Estudos Integradores”, conforme Res. CNE/CP Nº 1/2006, e objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática, além de estimular a educação continuada dos egressos do Curso, conforme estabelecido na organização didática do IFSul.

Cumprindo com a função de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no Curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

A modalidade operacional adotada para a oferta de Atividades Complementares no Curso encontra-se descrita no Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_ (Anexo II).

#### **9.4 Trabalho de Conclusão de Curso**

Indicação da opção pela oferta de Trabalho de Conclusão de Curso na estrutura curricular, caracterizando-o como atividade favorável à consolidação do perfil do egresso. Explicitação dos objetivos, da modalidade acadêmica da atividade, bem como do período curricular destinado à sua realização, podendo ser desenvolvido sob a forma de monografia, projeto, análise de casos, entre outros, de acordo com a os objetivos do curso.

Considerando a concepção curricular do curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de Curso no formato de (especificar a modalidade: projeto, monografia, etc) como forma de favorecer os seguintes princípios educativos:

(...)

Para assegurar a consolidação dos referidos princípios, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática, e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_ (Anexo III).

## 9.5 Matriz curricular

Descrição da estrutura curricular do Curso, explicitando a distribuição e encadeamento de disciplinas correspondentes aos Núcleos de Formação indicados nas DCN das Licenciatura em geral (Núcleo de Estudos de Formação Geral, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de Estudos Integradores) ou nas DCN da Licenciatura em Pedagogia (Núcleo de Estudos Básicos, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de Estudos Integradores).

Referência às principais ênfases curriculares, contemplando além das abordagens conceituais específicas da área de formação e das temáticas pedagógicas, estudos referentes às habilidades comunicativas e ao aperfeiçoamento da Língua Portuguesa; ao domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras); às questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, de faixa geracional e sociocultural. A matriz curricular deverá ser apresentada como arquivo em anexo ao PPC.

- Observações:
  - a) As cargas horárias de A, B, C, D, E e F podem ser contabilizadas dentro da carga horária mínima estabelecida pelas DCN.
  - b) A carga horária de Prática como Componente Curricular corresponde ao somatório de disciplinas especialmente destacadas para as discussões pedagógicas e vivência de procedimentos típicos da atividade docente, devendo computar, no mínimo, 400h. As referidas disciplinas devem figurar na Matriz Curricular acompanhadas da sigla PCC (Prática como Componente Curricular).
  - c) A disciplina de Libras é obrigatória para os Cursos de Licenciatura.
  - d) Ao lado de cada disciplina deverá ser marcada a prevalência de subordinação aos Núcleos formativos previstos no Art.12 da Res. nº 2/2015, a saber:
    - Núcleo de Estudos de Formação Geral (Res. CNE/CP Nº 2/2015) ou Núcleo de Estudos Básicos (Res. CNE/CP Nº 1/2006) – (N1);
    - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (Res. CNE/CP Nº 2/2015 e CNE/CP Nº 1/2006) – (N2);
    - Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular (Res. CNE/CP Nº 2/2015) ou Núcleo de Estudos Integradores (Res. CNE/CP Nº 1/2006) – (N3).

MEC/SETEC INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE										A PARTIR DE ANO/período
LOGO IFSUL		Curso de Licenciatura em _____								
MATRIZ CURRICULAR Nº										CAMPUS NOME
SEMESTRES ou ANOS		CÓDIGO	DISCIPLINAS	N1	N2	N3	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL	
	I SEMESTRE ou ANO									
				SUBTOTAL						
	II SEMESTRE ou ANO									
				SUBTOTAL						
	III SEMESTRE ou ANO									
				SUBTOTAL						
	<b>SUBTOTAL GERAL</b>									
	CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS – A									
	CARGA HORÁRIA DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR - B (item somente válido para as Licenciaturas em geral, não se aplicando a Licenciatura em Pedagogia)									
CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS ELETIVAS (quando previstas) – C										
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (quando previsto) - D										
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (quando previstas) – E										
ESTAGIO CURRICULAR (quando previsto) – F										
CARGA HORÁRIA TOTAL (A+B+C+D+E + F)										
CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS (quando previstas) - G										

•HORA AULA = 45 MINUTOS.

•DESENVOLVIMENTO DE CADA SEMESTRE EM 20 SEMANAS.

### 9.6 Matriz de disciplinas eletivas (quando houver)

MATRIZ DE DISCIPLINAS ELETIVAS (quando previstas)				
Curso de Licenciatura em _____			CAMPUS NOME	
CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL

### 9.7 Matriz de disciplinas optativas (quando houver)

MATRIZ DE DISCIPLINAS OPTATIVAS (quando previstas)				
Curso de Licenciatura em _____			CAMPUS NOME	
CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA AULA SEMANAL	HORA AULA SEMESTRAL	HORA RELÓGIO SEMESTRAL

### 9.8 Matriz de pré-requisitos (quando houver)

MEC/SETEC INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE					A PARTIR DE ANO/período	
LOGO IFSUL		Curso de Licenciatura em _____			CAMPUS NOME	
		MATRIZ DE PRÉ-REQUISITOS				
SEMESTRES ou ANOS		CÓDIGO	DISCIPLINAS	CÓDIGO	DISCIPLINAS	
	I SEMESTRE ou ANO					
	II SEMESTRE ou ANO					

(...)



## 9.9 Matriz de disciplinas equivalentes (quando houver)

Listagem das disciplinas existentes ou previstas em outras grades ou outros Cursos que sejam equivalentes às propostas na matriz atual. Deverá constar este item quando se tratar de mudanças curriculares de Cursos que já estejam em funcionamento ou quando já se vislumbra a possibilidade de o estudante mudar de Curso. Casos típicos de alterações curriculares são: a substituição de disciplinas por outras com ementas similares; a divisão ou o agrupamento de disciplinas; a alteração de cargas horárias de disciplinas. Pode-se combinar disciplinas prevendo condições lógicas de combinações entre elas.

MATRIZ DE EQUIVALÊNCIA / SUBSTITUIÇÃO							
CAMPUS NOME							
Curso _____				→ ← ↔	Curso _____		
Matriz Nº/Vigência					Matriz Nº/Vigência		
Disciplina	Código	Período Letivo	CH		CH	Período Letivo	Código

### **ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA MATRIZ:**

Disciplina(s) que irá(ão) substituir (CH =/>)	→	Disciplina(s) que será(ão) substituída(s) (CH =/<)
Disciplina(s) que será(ão) substituída(s) (CH =/<)	←	Disciplina(s) que irá(ão) substituir (CH =/>)
Disciplinas com CH =, que se equivalem	↔	Disciplinas com CH =, que se equivalem

# É necessário que a disciplina que irá substituir tenha carga horária (CH) igual (=) ou maior (>) que a disciplina que será substituída.

# Uma disciplina pode substituir duas ou mais disciplinas desde que a sua carga horária (CH) seja igual (=) ou maior (>) do que a soma das cargas horárias (CH) a serem substituídas.

# Duas ou mais disciplinas podem substituir uma disciplina desde que a soma de suas cargas horárias (CH) seja igual (=) ou maior (>) do que a carga horária (CH) da disciplina substituída.

# Só é necessário constar na Matriz de Equivalência/Substituição disciplinas com códigos diferentes entre si. Disciplinas com o mesmo código já possuem equivalência no sistema acadêmico do IFSul.

### 9.10 Matriz de componentes curriculares a distância (quando houver)

Apresentação da Matriz de disciplinas ofertadas a distância, respeitados os dispositivos do Decreto Nº 5.622/2005 e da Portaria nº 4.059/2004, e em conformidade com a regulamentação institucional para oferta de componentes curriculares a distância.

Matriz de disciplinas ofertadas a distância			
Curso de Licenciatura em _____			
Vigência: a partir de [ano]/[semestre]		Carga horária total do curso: [número] h	
Carga horária total em disciplinas a distância: [número]h		Percentual a distância: [igual ou inferior a 20%]	
Rol de disciplinas na modalidade a distância (oferta semi-presencial)			
Disciplina	Código	Carga horária total	Carga horária a distância

### 9.11 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia

Apresentação dos programas das disciplinas, em conformidade com o perfil de egresso delimitado para o Curso, indicando ementa (Orientação Normativa nº 001/2010), conteúdos, bibliografia básica (3 títulos) e bibliografia complementar (5 títulos). Todos os programas de disciplina devem ser inseridos como anexos do PPC, em arquivos separados.

#### 9.11.1 Primeiro período letivo

DISCIPLINA: [Nome oficial da disciplina]	
Vigência: a partir de [ano]/[semestre]	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: [número] h	Código: [ver sistema acadêmico]
Ementa: [conforme Orientação Normativa nº 001/2010 (disponível no sítio do IFSul no caminho Ensino/Modelos de documentos/Orientação Normativa nº001/2010-ementas)].	

## **Conteúdos**

UNIDADE I – Título da unidade I

1.1 Título de subunidade de nível 1

1.1.1 Título de subunidade de nível 2

1.1.2 Título de subunidade de nível 2

1.2 Título da subunidade de nível 1

1.3 Título da subunidade de nível 1

UNIDADE II – Título da unidade I

2.1 Título de subunidade de nível 1

(...)

## **Bibliografia básica**

[SOBRENOME, Nome. Título do livro. Edição. Cidade: Editora, Ano.]

## **Bibliografia complementar**

[SOBRENOME, Nome. Título do livro. Edição. Cidade: Editora, Ano.]

### **9.11.2 Segundo período letivo**

(...)

### **9.11.3 Terceiro período letivo**

(...)

### 9.12 Flexibilidade curricular

Apresentação da concepção e das modalidades de flexibilização adotadas pelo Curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores em Nível Superior.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

O Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_ implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação educacional, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em (listar atividades complementares, disciplinas eletivas e/ou optativas, programas de extensão, participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, estágios não obrigatórios, tutorias acadêmicas, oferta de componentes curriculares na modalidade EaD, em conformidade com a Resolução IFSul/CS nº 70/2013, dentre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao Curso), dentre outras experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

(...)

### 9.13 Política de formação integral do estudante

Especificação de como o Curso implementa, na sua organização curricular, temas como ética; meio ambiente; inclusão social; raciocínio lógico; redação de documentos técnicos; atenção a normas técnicas e de segurança; capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade; estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora; integração com o mundo de trabalho.

(...)

### 9.14 Políticas de apoio ao estudante

Descrição das principais políticas de apoio ao desenvolvimento do estudante implementadas pelo IFSul e das estratégias especificamente adotadas pelo Curso.

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

...

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

(...)

- Aulas de reforço;
- Oficinas especiais para complementação de estudos;

### 9.15 Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão

Descrição das estratégias adotadas no âmbito do Curso para a implementação das políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão previstas no IFSul, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional.

(...)

## 10 - CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES

Apresentação da concepção, base legal e regramento operacional adotado pelo IFSul para cumprir o dispositivo do aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores no âmbito da Educação Superior.

*Texto orientador disponível no Capítulo III.*

Em consonância com as finalidades e princípios da Educação Superior expressos na LDB nº 9394/96, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e ou, ainda, estudos regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Superior;
- em Cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos Superiores de Graduação, mediante avaliação do estudante;
- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regrado operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria/Chefia de Ensino do Campus.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

Os procedimentos necessários à abertura e desenvolvimento do processo de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho encontram-se detalhados na Organização Didática do IFSul.

## **11– PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO**

Descrição da concepção e procedimentos de avaliação da aprendizagem dos estudantes e do Projeto de Curso adotados pelo IFSul, apresentando também as particularidades operacionais do Curso.

### **11.1 Avaliação da aprendizagem dos estudantes**

A avaliação no IFSul é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como (listar as principais formas de avaliação desenvolvidas no Curso, tais como trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina).

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do IFSul, e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.

## 11.2 Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso

Listagem das instâncias e modalidades de avaliação da proposta formativa delimitada no PPC.

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante, em articulação com o Colegiado de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa, o Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_ levanta dados sobre a realidade curricular por meio de (...)

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

## 12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO

Apresentação das diferentes instâncias responsáveis pela discussão e deliberações sobre temas relevantes para a consolidação das políticas institucionais e opções curriculares no âmbito do Curso.

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
- Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;



- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto);
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior).

(Descrição dos procedimentos de escolha e forma de atuação da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso e NDE, com base nos termos da OD do IFSul).

(...)

## 13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

### 13.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica

Listagem dos professores de efetivo exercício no Curso, com suas respectivas titulações e regime de trabalho, além da referência ao Supervisor Pedagógico responsável pelo acompanhamento dos processos educativos desenvolvidos no Curso.

Nome	Disciplinas que leciona	Titulação/Universidade	Regime de trabalho
Prof. XXXX	XXXX	Graduação em... pela Universidade... Pós-Graduação em... Área de Concentração... pela Universidade...	DE, 40h, substituto, temporário

### 13.2 - Pessoal técnico-administrativo

Listagem dos servidores técnico-administrativos que atuam diretamente no Curso dando suporte ao pleno desenvolvimento das atividades educativas realizadas.

Nome	Titulação/Universidade
Prof. XXXX	Graduação em... pela Universidade... Pós-Graduação em... Área de Concentração... pela Universidade...

## 14 – INFRAESTRUTURA

Apresentação da infraestrutura implantada para a concretização da proposta formativa, tendo em vista as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores em Nível Superior e indicadores legais e infralegais específicos para o atendimento do princípio de acessibilidade.

### 14.1 – Instalações e Equipamentos oferecidos aos Professores e Estudantes

Identificação	Área (m <sup>2</sup> )
Sala de x	x
Ferramentaria	x
Oficina de x	x
Laboratório de x	x
Sala da Coordenadoria	x
(...)	x
<b>TOTAL</b>	x

#### Laboratório de xx

Equipamentos: xx (xx) unidades

Destaques: xxxxx

### **Laboratório de xx**

Equipamentos: xx (xx) unidades

Destaques: xxxxx

## **14.2 – Infraestrutura de Acessibilidade**

(...)

## **14.3 – Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso**

(...)

## **ANEXOS**

## **Anexo I**

**Regulamento de Estágio Profissional Supervisionado do  
Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_ (quando previsto)**

**Anexo II**  
**Regulamento de Atividades Complementares do**  
**Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_ (quando previstas)**

**Anexo III**  
**Regulamento de Trabalho de Conclusão do**  
**Curso de Licenciatura em \_\_\_\_\_ (quando previsto)**

## CAPÍTULO III – TEXTOS ORIENTADORES

Esse capítulo apresenta um conjunto de textos orientadores que complementa as informações disponibilizadas anteriormente e permite aos agentes educativos do IFSul o aprofundamento de conhecimentos nos seguintes temas: Atividades Complementares; Flexibilização curricular; Validação de conhecimentos e experiências anteriores; e Prática profissional.

### Seção I – Atividades Complementares

Apresentação de texto orientador aplicado aos Cursos Técnicos e Superiores de Graduação (Bacharelados e Licenciaturas).

#### Referências legais:

- Parecer CES/CNE nº 583/2001;
- Resolução CP/CNE nº 3/2002;
- Parecer CES/CNE nº 67/2003;
- Resolução CES/CNE nº 2/2007;
- Parecer CNE/CES nº 239/2008;
- Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

As Atividades Complementares figuram como importantes estratégias de integração entre PPI e PPC e também como metodologia necessária para que os egressos possam vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de construção do conhecimento, permitindo variados itinerários de formação. Para tanto, contemplam oportunidades de aperfeiçoamento humano e profissional, objetivando a conquista de conhecimentos, competências e habilidades que capacitem os estudantes a agirem com lucidez e autonomia, a conjugarem ciência, ética, sociabilidade e alteridade ao longo de sua escolaridade e no exercício da cidadania e da vida profissional.

A partir da superação do paradigma dos “Currículos Mínimos” na Educação Superior, a legislação brasileira passa a discutir e contemplar, em seus dispositivos, orientações para a formulação de diretrizes curriculares para os cursos de graduação, destacando, entre outros princípios, a flexibilidade curricular, os estudos independentes e a construção de itinerários de estudo mais particularizados.



Nessa perspectiva, o Parecer CNE/CES nº 538/2001 aponta para a inclusão de componentes curriculares destinados a “estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do estudante” e definindo estudos alternativos a serem obrigatoriamente contemplados nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação, dentre os quais figuram as “Atividades Complementares”, tal como demonstra o extrato:

2 - As diretrizes devem contemplar:

- a) Perfil do formando/egresso/profissional – conforme o curso, o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado;
- b) Competência/habilidades/attitudes;
- c) Habilitações e ênfases;
- d) Conteúdos curriculares;
- e) Organização do curso;
- f) Estágios e **Atividades Complementares**;
- g) Acompanhamento e avaliação. (grifo nosso)

Observe-se que os estudos independentes preconizados no referido Parecer, recebem a denominação de “Atividades Complementares”, a serem previstas e descritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação.

No âmbito da Educação Profissional Tecnológica, a obrigatoriedade de inclusão das Atividades Complementares nos currículos foi matéria controvertida, uma vez que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia omitem tal regramento (Resolução CNE/CP nº 3/2007). No entanto, o Parecer CNE/CP nº 239/2008 veio a pacificar a celeuma, dispondo sobre as Atividades Complementares como componentes curriculares admissíveis, mas não obrigatórios, nos Cursos Superiores de Tecnologia (CST), nos termos do trecho a seguir:

Assim, embora o Parecer CNE/CP nº 29/2002 e a Resolução CNE/CP nº 3/2002 não prevejam explicitamente as atividades complementares para os cursos superiores de tecnologia, estas são claramente admissíveis segundo a descrição dos padrões a serem seguidos pelos respectivos processos formativos. Da mesma forma, a inclusão de atividades complementares nos projetos pedagógicos dos cursos de tecnologia atende aos seguintes objetivos fixados para as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de bacharelado e licenciatura, durante o processo de sua proposição pela SESU/MEC:

- Propor uma carga horária mínima em horas que permita a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e o esforço do estudante;

- Contemplar orientações para as atividades de estágio e demais atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional, incentivando o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;
- Contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do ensino de graduação, norteando os instrumentos de avaliação.

Visando à normatização de tal matéria, o referido parecer apresenta Projeto de Resolução que, embora não homologado, versa sobre os mecanismos de implementação das Atividades Complementares nos CST, indicando os seguintes critérios para sua oferta:

Art. 3º As horas destinadas às atividades complementares poderão compor a carga horária total dos cursos superiores de tecnologia, observados os seguintes critérios:

I – não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso superior de tecnologia;

II – a oferta das atividades complementares deverá ser estabelecida por meio de regulamentação institucionalizada, compreendendo, necessariamente, as determinações fixadas pela IES quanto aos processos de controle e avaliação.

Comungando dos princípios subjacentes ao Parecer supracitado, o IFSul opta pela valorização das Atividades Complementares como espaços curriculares de flexibilidade formativa, **recomendando a inclusão** dessas experiências na composição do itinerário curricular, podendo contabilizá-las na carga horária total mínima prevista para o Curso no Catálogo Nacional dos CST, **sem, no entanto, exceder a razoabilidade dos 20%** previstos no Projeto de Resolução.

Já para os Cursos Técnicos, é do entendimento institucional que as Atividades Complementares, embora não previstas expressamente na legislação específica da Educação Profissional Técnica de nível Médio, poderão ser igualmente privilegiadas, levando-se em consideração a similaridade de seus princípios e finalidades em relação às ofertas de graduação do IFSul, bem como ao perfil educativo da instituição. Desta forma, prevê-se a **possibilidade de inclusão de Atividades Complementares** na composição dos currículos dos Cursos Técnicos, podendo também integrar a carga horária mínima prevista pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, desde **que não excedam o mesmo parâmetro máximo de 20%** da carga horária total do Curso.

Nessa perspectiva e em atendimento ao perfil acadêmico almejado pela instituição, as Atividades Complementares deverão privilegiar:

I – o aprimoramento da formação profissional e social, por meio da incorporação de saberes oriundos das práticas sociais, profissionais ou acadêmicas experienciadas fora da estrutura curricular pré-estabelecida;

II – a flexibilidade e a particularização dos itinerários formativos, contemplando interesses, experiências profissionais, habilidades e competências próprias a cada estudante;

III – a ampliação dos horizontes do conhecimento, bem como de sua prática, para além da sala de aula, em atividades de ensino, pesquisa e extensão;

IV – o favorecimento do relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais no contexto regional em que se insere a Instituição;

V – a ênfase à interdisciplinaridade ao longo da formação acadêmica;

VI – o estímulo às práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva autonomia intelectual e profissional do estudante;

VII – o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem às experiências profissionalizantes julgadas relevantes para a área de formação considerada;

VIII – a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva e a participação em atividades de extensão e em práticas típicas dos cenários de atuação profissional.

Visando assegurar o melhor controle, acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares no âmbito das variadas ofertas educativas da Instituição, prevê-se a inclusão de Regulamento de Atividades Complementares nos Projetos Pedagógicos de Cursos que contemplem tais atividades na composição de suas estruturas curriculares.

## Seção II – Flexibilização curricular

Apresentação de texto orientador aplicado aos Cursos Técnicos e Superiores de Graduação.

### **Educação Profissional Técnica e Tecnológica:**

#### Referências legais:

- LDB nº 9.394/96;
- Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- Parecer CNE/CP nº 29/2002;
- Resolução CNE/CP nº 3/2002;
- Decreto Federal nº 5.154/2004;
- Parecer CNE/CEB nº 39/2004;
- Lei nº 11.741/2008;
- Parecer CNE/CEB nº 11/2012;
- Resolução CNE/CEB nº 6/2012;
- Parecer CNE/CEB nº 2/2013.

A flexibilização curricular figura no cenário da Educação Profissional como um desejável princípio norteador das concepções de formação e dos itinerários de estudo traduzidos nos Projetos Pedagógicos, em consonância com os novos ordenamentos científicos e culturais pautados pela ruptura com a lógica positivista no trato do conhecimento.

A ênfase às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia atribuída à Educação Profissional e Tecnológica pela LDB nº 9.394/1996, implica na valorização dos saberes múltiplos e permanentemente renovados nestas esferas, bem como na adoção de metodologias que privilegiem a aprendizagem contínua e autônoma, vinculando o conhecimento escolar aos diversos cenários e exigências do mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, prevê-se a organização curricular dos cursos por Eixos Tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, conforme aponta o Art. 39 da LDB nº 9.394/1996. No cerne deste dispositivo curricular localiza-se o princípio da flexibilidade, cuja tradução operacional relaciona-se à adoção de mecanismos como terminalidade específica (Art. 59 da LDB nº 9.394/1996; Parecer CNE/CEB nº 2/2013), certificação intermediária (Parecer CNE/CP nº 29/2002; Resolução CNE/CP nº 3/2002; Decreto Federal nº 5.154/2004; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Lei

nº 11.741/2008; Parecer CNE/CEB nº 11/2012; Resolução CNE/CEB nº 6/2012), itinerários formativos visando ao aproveitamento contínuo e articulado de estudos (Decreto Federal nº 5.154/2004), dentre outras modalidades curriculares adequadas à característica do Curso e ao perfil de egresso desejável.

Segundo análise expressa no Parecer CNE/CP nº 29/2002, a atual LDB redimensiona os currículos da Educação Profissional, criando condições para

quebrar as amarras que os burocratizavam, flexibilizando-os e possibilitando a sua contínua adequação às tendências contemporâneas de construção de itinerários de profissionalização e de trajetórias formativas e de atualização permanente, em consonância com a realidade laboral dos novos tempos. (p.24)

Ainda no mesmo Parecer localiza-se a concepção de flexibilidade atrelada à Educação Profissional, caracterizando-a como o artifício curricular a ser adotado em prol de uma formação profundamente comprometida com as demandas sociais e do mundo do trabalho, tal como expressa o trecho a seguir:

A flexibilidade se reflete na construção dos currículos em diferentes perspectivas: na oferta dos cursos, na organização de conteúdos por disciplinas, etapas ou módulos, atividades nucleadoras, projetos, metodologias e gestão dos currículos. Está diretamente ligada ao grau de autonomia das instituições de educação profissional, a qual se reflete em seu respectivo projeto pedagógico elaborado, executado e avaliado com a efetiva participação de todos os agentes educacionais, em especial os docentes.

A flexibilidade permite que a instituição de ensino acompanhe de perto as reais demandas do mercado e da sociedade, estruturando planos de curso vinculados à realidade do mundo do trabalho e, assim, alcançando um adequado perfil profissional de conclusão. Tais atribuições conferem às instituições maior responsabilidade, pois a adequação da oferta cabe diretamente a elas. Foram retiradas as amarras que impediam o contínuo ajuste e aperfeiçoamento dos currículos escolares. (p.31)

Em consonância com esses princípios, os Projetos Pedagógicos de Curso deverão traduzir em suas opções epistemo-metodológicas o fundamento conceitual e as modalidades operacionais da flexibilização curricular, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários híbridos e particularizados de formação, permeáveis às permanentes mudanças científico-tecnológicas e sensíveis aos desafios sociais contemporâneos.

## **Educação Superior:**

### Referências legais:

- LDB nº 9.394/1996;
- Lei 13.005/2014 (PNE);
- Parecer CNE/CES nº 776/97;
- Parecer CNE/CES nº 583/2001;
- Parecer CNE/CES nº 67/2003.

A flexibilização curricular figura no cenário do Ensino Superior como um desejável princípio norteador das concepções de formação e dos itinerários de estudo traduzidos nos Projetos Pedagógicos, em consonância com os novos ordenamentos científicos e culturais pautados pela ruptura com a lógica positivista no trato do conhecimento.

Assim, as instituições de Ensino Superior, historicamente concebidas como cenários educacionais de reprodução e legitimação, por excelência, da fragmentação do conhecimento e da disciplinaridade hiperespecializada, são chamadas a repensar sua função social e reorientar seus projetos de formação.

Com o advento das “Diretrizes Curriculares Nacionais” em substituição aos chamados “Currículos Mínimos”, os cursos de graduação passam a ser concebidos e planejados à luz de um novo paradigma que privilegia a transitoriedade dos saberes científicos e tecnológicos, visando à formação de egressos conectados aos variados cenários e apelos sociais, por meio da proposição de trajetórias curriculares mais flexíveis e permeáveis aos conhecimentos emergentes, tal como aponta o Parecer CNE/CES nº 67/2003:

Nesse quadro, era mesmo necessária uma espécie de “desregulamentação”, de flexibilização e de uma contextualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, para que as instituições de ensino superior atendessem, mais rapidamente, e sem as amarras anteriores, à sua dimensão política, isto é, pudessem essas instituições assumir a responsabilidade de se constituírem respostas às efetivas necessidades sociais – demanda social ou necessidade social -, expressões estas que soam com a mesma significação da sua correspondente “exigência do meio” contida no art. 53, inciso IV, da atual LDB 9.394/96. (p.7)

É neste contexto de resignificação epistêmica das Instituições de Educação Superior (IES) que se impõe, inclusive como imperativo legal (LDB 9.394/1996; PNE: Lei 13.005/2014; Pareceres CNE/CES nº 776/97, nº 583/2001, nº 67/2003), o princípio da flexibilização, visando, em síntese:

- Maior flexibilidade na organização de cursos, de modo a atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e as expectativas e interesses dos estudantes universitários.

- Profunda revisão da tradição burocrática e excessivamente especializada das estruturas curriculares, as quais têm se revelado incongruentes com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

- Maior articulação teoria-prática (práxis).

- Ensino e aprendizagem centrados no protagonismo dos sujeitos aprendentes, respeitadas as suas particularidades.

- Formação integrada à realidade cultural, econômica e social.

- Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

- Vivência de percursos formativos interdisciplinares.

- Permeabilidade às mudanças da ciência, dos anseios e demandas sociais e do próprio cenário educacional.

- Ênfase à autonomia intelectual desejável à aprendizagem contínua e à formação permanente.

Em consonância com esses princípios, os Projetos Pedagógicos de Curso deverão traduzir em suas opções epistemo-metodológicas o fundamento conceitual e as modalidades operacionais da flexibilização curricular, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários híbridos e particularizados de formação, permeáveis às permanentes mudanças científico-tecnológicas e sensíveis aos desafios sociais contemporâneos.

## Seção III - Validação de conhecimentos e experiências anteriores

Apresentação de texto orientador aplicado aos Cursos Técnicos e Superiores de Graduação.

### Referências legais:

- Resolução CNE/CEB nº 06/2012 (Art. 35 e 36);
- LDB 9.394/96 (Art. 35 e 36; Art. 36-A a 36-D; Art. 39-42; Art.43);
- Decreto nº 5.154/2004;
- Parecer CNE/CEB nº 11/2012;
- Projeto Pedagógico Institucional;
- Organização Didática do IFSul.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, ao preconizar, em seu Art. 36, que os conteúdos, as metodologias e as modalidades de avaliação deverão ser organizadas de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre *domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna*, estabelece como parâmetro de qualidade dessas ofertas educativas a apropriação dos alicerces científicos e tecnológicos do cenário produtivo contemporâneo. Nessa perspectiva, aponta-se para a superação da concepção de ensino informativo, disciplinar e conteudista, típico das estruturas curriculares rígidas e inflexíveis.

Ao se enfatizar o domínio dos “princípios” científico-tecnológicos em lugar dos “produtos” técnico-científicos a serem consolidados nessa etapa de escolaridade, desloca-se o foco dos “produtos curriculares”, para os “processos curriculares” desenvolvidos pelo educando, implicando na incorporação de variados itinerários formativos ao espectro das experiências curriculares.

No que tange à oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, os referidos princípios pedagógicos da formação de Nível Médio associam-se aos fundamentos da Educação Profissional, amplificando o compromisso com a promoção dos saberes necessários à compreensão dos processos produtivos que balizam a produção científica e as relações sociais, tal como aponta o Parecer CNE/CES nº 19/1999:

Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas. A educação profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. (BRASIL, 1999)



Com base nessas prerrogativas, postula-se que tanto as estruturas curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, quanto as da Educação Profissional Tecnológica deverão acolher uma relativa flexibilidade de itinerários que permitam ao estudante o desenvolvimento de competências mais complexas, que venham a abarcar não somente os produtos culturais, técnicos e científicos validados em determinados cenários socioculturais, como também as vivências profissionais que venham a constituir o perfil desejável aos egressos dos cursos técnicos e tecnológicos.

Tendo em vista estes fundamentos, o *conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos*, conforme aponta o Art. 41 da LDB.

De acordo com essa premissa, cabe inferir, com base na razoabilidade pedagógica e nos variados dispositivos legais que abordam a mesma matéria, que:

- os conhecimentos de que trata o texto legal são de natureza complexa, envolvendo desde os domínios técnico-científicos até os socioculturais, os relativos às relações interpessoais próprias do mundo do trabalho, bem como os códigos éticos que presidem estas relações e os processos produtivos;

- sendo variável e complexa a natureza desses conhecimentos, são também diversas e intercambiantes as suas fontes de aquisição e desenvolvimento, não sendo plausível, portanto, supor-se a exclusividade do ambiente escolar e acadêmico como espaço de promoção destes saberes;

- a construção dos conhecimentos desejáveis ao egresso da Educação Profissional, embora inserida em uma delimitação curricular que traduz alguns consensos metodológicos e conceituais, constitui um processo individual, admitindo, portanto, nuances particularizadas e flexibilidade nos itinerários formativos.

Na mesma linha de análise, há que se delimitar conceitualmente a avaliação de que trata o Art. 41 da LDB. Trata-se de um ato acadêmico, por excelência. Logo, dotado de sistemática técnico-científica que assegura sua razoabilidade e legitimidade. Assim sendo, não são admissíveis quaisquer validações que não decorrentes de criteriosa análise acadêmica, tendo em vista os propósitos formativos do curso, o rol de saberes a serem contemplados, bem como o perfil de egresso delimitado em seu Projeto Pedagógico.

Ratificando essa concepção de avaliação, a Resolução CNE/CES nº 06/2012 recomenda a valorização das experiências extraescolares dos educandos, não mencionando, no entanto, quaisquer artifícios de validação externa dessas vivências. Ao contrário, reforça a autonomia e a responsabilidade institucional no manejo didático-pedagógico dos procedimentos avaliativos, tal como demonstra seu Art. 35:

§ 1º Os sistemas de ensino devem elaborar diretrizes metodológicas para avaliação e validação dos saberes profissionais desenvolvidos pelos estudantes em seu itinerário profissional e de vida, par fins de prosseguimento de estudos ou

de reconhecimento dos saberes avaliados e validados, para fins de certificação profissional de conclusão do respectivo curso técnico de nível médio. (BRASIL, 2012)

No âmbito da Educação Superior, a validação de conhecimentos e experiências anteriores não recebeu tratamento específico na LDB nº 9.394/96, tal como obteve a Educação Profissional ao merecer um artigo para o tratamento do tema, indicando expressamente o reconhecimento e certificação do conhecimentos adquiridos na própria educação profissional ou no trabalho (Art. 41). No entanto, a similaridade dos preceitos que regem tal dispositivo permite transpô-lo para o contexto educativo da Educação Superior, recomendando-se também a valorização dos saberes extra-acadêmicos nos percursos curriculares dos cursos de graduação, visando ao pleno cumprimento das finalidades da Educação Superior preconizados na LDB nº 9.394/96, sobretudo daquelas expressas no Art. 43, incisos III, IV, V e VI:

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

Assim, a responsabilidade da avaliação como prerrogativa exclusiva da instituição implica na preservação da proposta pedagógica do curso, assegurando a aderência do itinerário formativo à identidade educativa da instituição, bem como às suas definições curriculares, sem perder de vista a valorização das trajetórias profissionais próprias de cada estudante.

## Seção IV – Prática profissional

Apresentação de texto orientador aplicado aos Cursos de Licenciatura.

### Referências legais:

- Parecer CNE/CP nº 9/2001;
- Parecer CNE/CP nº 28/2001;
- Resolução CNE/CP nº 1/2002;
- Parecer CNE/CES nº 15/2005;
- Parecer CNE/CP nº 2/2015;
- Resolução CNE/CP nº 2/2015.

Em conformidade com os Pareceres CNE/CP nº 9/2001, CNE/CP nº 28/2001, CNE/CES nº 15/2005 e CNE/CP nº 2/2015, ratificados pelas Resoluções CNE/CP nº 1/2002 e CNE/CP nº 2/2015, respectivamente, o itinerário curricular dos Cursos de Licenciatura enfatiza a prática, estruturando-se em torno dos seguintes princípios:

1º) A indissociabilidade entre teoria e prática ao longo de todo o percurso formativo dos estudantes, rompendo-se com designs curriculares “aplicacionistas”, os quais, equivocadamente, atribuem espaços e tempos distintos para teoria e a prática, dimensões estas que, por princípio epistemológico, são dialéticas. Assume-se, dessa forma, a **prática como dimensão metodológica intrínseca** ao tratamento de todo e qualquer conteúdo curricular, independente da sua natureza (pedagógico ou técnico-científico), desde o início do curso.

2º) A organização do currículo privilegiando, ainda, um rol de atividades vinculadas obrigatoriamente às disciplinas de caráter pedagógico que correspondem à **prática como componente curricular**, tal como definem os Pareceres CNE/CP nº 28/2001 e CNE/CES nº 15/2005, reforçados pelo Parecer CNE/CP nº 2/2015 e Resolução CNE/CP nº 2/2015.

Assim concebida, a “prática” nos Cursos de Licenciatura adquire duas conformações distintas e indissociáveis a serem contempladas na organização dos Projetos Pedagógicos de Curso: **como princípio metodológico articulador da teoria e prática**, presente em todos os componentes curriculares, e **como componente curricular**, integralizando o mínimo de 400h de atividades formativas relacionadas à área educacional, constituindo-se como espaços-tempos, por excelência, de discussão da docência e seus contextos, visando assegurar, juntamente com os estágios curriculares supervisionados, a vivência de procedimentos de observação e reflexão sobre a docência, experimentando a atuação em situações reais de processos de ensino e aprendizagem, em diferentes contextos socioeducacionais.

Conforme expresso no Parecer CNE/CP nº 28/2001 e reafirmado nos pareceres subsequentes sobre a matéria, *a prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino*. Nesse sentido, trata-se de um espaço-tempo curricular a ser previsto no Projeto Pedagógico de Curso, transcendendo a sala de aula como exclusivo ambiente de aprendizagem acadêmica, de forma a contemplar atividades formativas a serem desenvolvidas no ambiente escolar ou, ainda, atividades que, pela via da observação ou da intervenção, problematizem a educação escolar. A mesma linha de compreensão é ratificada pelo Parecer CNE/CES nº 15/2005 ao conceber a *prática como componente curricular* como

O conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio dessas atividades, são colocadas em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso.

O mesmo Parecer aponta para outro um importante aspecto a ser considerado na operacionalização da prática como componente curricular, qual seja, a sua vinculação com as disciplinas mais diretamente relacionadas à formação pedagógica, conforme o expresso nos seguintes trechos:

As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto **inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento**.

(...) As disciplinas relacionadas com a educação que incluem atividades de caráter prático podem ser computadas na carga horária classificada como prática como componente curricular, mas o mesmo não ocorre com as disciplinas relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento para a qual se faz a formação. Por exemplo, disciplinas de caráter prático em Química, cujo objetivo seja prover a formação básica em Química, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de Licenciatura. (grifo nosso)

Outra particularidade a ser observada na caracterização da prática como componente curricular é a sua distinção em relação ao estágio supervisionado. O Parecer CNE/CP nº 28/2001 já aponta tal distinção e relação de complementariedade em vários trechos:

(A prática como componente curricular) em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

(...) Por outro lado é preciso considerar um outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente educacional de trabalho e um estudante estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular supervisionado.

(...) Assim o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico.

Por fim, há que se destacar o tratamento diferenciado que merece a prática nos cursos de pedagogia, aos quais não se aplica o cômputo de 400h mínimas de prática como componente curricular previsto para as demais Licenciaturas, já que nesses cursos os espaços-tempos curriculares destinados à formação pedagógica naturalmente preponderam, tal como aponta o Parecer CNE/CP nº 2/2015:

Nas licenciaturas em educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, cursos de pedagogia, a serem desenvolvidos em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino e, nas demais licenciaturas, o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, Isabel (org.). **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BRZEZINSKI, I. Fundamentos sociológicos, funções sociais e políticas da escola reflexiva e emancipadora: algumas aproximações. In: ALARCÃO, I (org.). **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GANDIN, D.; GANDIN, L.A. **Temas para um projeto político-pedagógico**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Organização Didática da Educação Básica, Profissional e Superior de Graduação do IFSul**. Pelotas, 2012.
- INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Regimento Geral**. Pelotas, 2014.
- INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Projeto Pedagógico Institucional**. Pelotas, 2006.
- INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Pelotas, 2014.
- INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Orientação Normativa/ PROEN nº 1/2010**: Orientações gerais para elaboração das ementas dos programas de disciplinas. Pelotas, 2014.
- INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Resolução nº 14/2009**: Estabelece as cargas horárias mínimas para as áreas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – LCT, Ciências Humanas e suas Tecnologias – CHT, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias – CNMT, e suas respectivas disciplinas. Pelotas, 2014.
- VASCONCELLOS, Celso. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

### Referências legais:

<http://www.ifsul.edu.br/legislacao-educacional>.